



**O primeiro (des)governo Dilma (2011-2014):
Balanço de um desastre anunciado**

Brasília, Março de 2015

Equipe Responsável pela Produção deste Documento:

- **Coordenação-Geral:** Luiz Paulo Vellozo Lucas

- **Coordenação-Executiva:** Geraldo Biasoto e Sérgio Silva

- **Consultores:**
 - Adriano Pires
 - Ana Lobato
 - André Lacerda
 - Antônio Caiado
 - Antônio Márcio Buainain
 - Barjas Negri
 - Geraldo Biasoto
 - José Roberto Afonso
 - Luiz Paulo Vellozo Lucas
 - Maria Helena Castro
 - Mariza Abreu
 - Renilson Rehem
 - Rubens Barbosa
 - Sérgio Guimarães Ferreira
 - Sérgio Silva

Índice:

1. A derrocada ética
2. O futuro comprometido
3. Incompetência, negligência, mediocridade e corrupção
4. Economia
5. Campo e Agronegócio
6. Petrobras
7. Setor Elétrico
8. Logística e Transportes
9. Gestão Pública
10. Políticas Sociais
11. Saúde
12. Educação
13. Segurança Pública
14. Federação, Estados e Municípios
15. Política Externa

O primeiro (des)governo Dilma (2011-2014)

1. A derrocada ética: Crônica de um desastre anunciado

Para entender o primeiro mandato de Dilma Rousseff como presidente do Brasil é ilustrativo lembrar como ela foi escolhida pelo então presidente Lula como a candidata do PT.

Mesmo com a derrocada de José Dirceu, Antonio Palocci e de quase todos os demais altos dirigentes do PT após sucessivos escândalos de corrupção, Lula alcançou grande popularidade no seu segundo mandato presidencial, o que foi possível graças à combinação de quatro fatores principais: primeiro, uma conjuntura internacional extremamente favorável, caracterizada pelo forte crescimento da China, pela alta dos preços dos principais produtos exportados pelo Brasil e por um grande afluxo de dólares para a economia brasileira. Essa conjuntura internacional, que começou a mudar apenas em 2008 com o estouro da crise dos títulos imobiliários nos Estados Unidos, foi responsável em grande parte tanto pelo bom desempenho da economia, quanto pela redução da desigualdade de renda no período 2002-2010.

Segundo, pela manutenção da essência da política econômica implantada no governo Fernando Henrique, baseada no superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação, o que garantiu estabilidade de preços e segurança a investidores nacionais e estrangeiros.

Terceiro, pelo sucesso alcançado com a ampliação e uso populista do Bolsa Escola e outros programas sociais de transferência de renda também criados no governo Fernando Henrique e agora reunidos no popularíssimo Bolsa Família. Com baixo desemprego e elevado crescimento econômico, Lula se tornou o “todo poderoso”, livrando-se até de investigações criminais sobre a sua participação nos incontáveis escândalos do seu governo.

Quarto, com a expansão de crédito ao consumo, tanto como consequência natural de estabilização econômica que viabiliza o planejamento econômico por parte das famílias (expansão saudável), quanto como consequência do uso dos bancos públicos muito além dos limites de prudência financeira pelo governo petista (expansão doentia).

Nesse contexto, com uma pitada de explosão do crédito bancário, não foi difícil para Lula escolher Dilma Rousseff, a sua ministra da Casa Civil e presidente do conselho de administração da Petrobras, como a candidata do PT às eleições de 2010. A tese era simples: Dilma era a pessoa que lhe ajudava a governar o Brasil com tanto sucesso, e por isso era a candidata ideal para dar continuidade àquele “projeto”! Com uma campanha eleitoral iniciada com meses de antecedência do prazo legal, o governo Lula elegeu Dilma Rousseff.

Mas o que o povo brasileiro não sabia era que boa parte do que acontecia de bom no Brasil naqueles anos era decorrente de fatores externos e da colheita de frutos cujas sementes haviam sido plantadas ao longo do governo de Fernando Henrique. E mais, que o verdadeiro “projeto” petista não passava de um perverso projeto de poder, lastreado em um monstruoso esquema de corrupção, no aparelhamento partidário do Estado, no fisiologismo escancarado e na cooptação, numa “nova” política econômica – baseada na irresponsabilidade fiscal, no intervencionismo estatal, na desindustrialização e na manipulação de dados – e ainda na ameaça permanente de destruição de conquistas importantes, como a liberdade de imprensa e a autonomia dos órgãos públicos na gestão das políticas governamentais. Como era de se esperar, o verdadeiro “projeto” petista estava fadado ao fracasso!

Esse documento mostra como um governo comandado por uma pessoa cujo currículo recente inclui uma péssima atuação como presidente do conselho de administração da Petrobras, uma incompetente passagem pelo Ministério de Minas e Energia e uma atabalhoada experiência na Casa Civil do antecessor se revelou um verdadeiro desastre ético, político e econômico.

2. O futuro comprometido

Nosso balanço do governo Dilma mostra a degradação da Petrobras. A derrocada ética promovida pelos governos petistas em nosso maior símbolo nacional, desnudou para o Brasil e para o mundo o que significa usar o Estado em benefício próprio para a manutenção do poder a qualquer custo.

Também expõe a deterioração da posição brasileira no cenário da política internacional, ao abraçar ditaduras e abandonar a defesa da democracia como um valor universal. Como reflexo, o país perdeu relevância e autoridade no concerto das nações.

Nas políticas sociais, o balanço mostra como a incompetência e a soberba podem ser corrosivas. Na saúde, uma crise que já supera os problemas vividos no início do SUS foi confrontada com a mera importação de médicos, sem buscar as razões das dificuldades.

Na educação, a sanha populista cravou a multiplicação de programas e vagas, sem nenhuma conexão com ganhos em qualidade.

No desenvolvimento social, o governo Dilma apostou nos dividendos políticos da transferência de renda e no terrorismo chantagista aos beneficiários, esquecendo que ao governo cabe articular políticas que promovam o desenvolvimento.

No campo econômico, o descalabro não poderia ser maior, sintetizado pela baixíssima expansão do PIB no quadriênio, a menor desde o governo de Fernando Collor de Mello.

Embora as vozes governamentais indiquem a crise do mundo como explicação de um pífio crescimento, os números são cruéis com o governo Dilma. Entre 2011 e 2014, o Brasil foi o país que menos cresceu em toda a América Latina, alcançando apenas metade da média de expansão do continente. No mesmo período, o Brasil foi 128º dentre 169 países compilados pela OCDE, por países como Armênia, Uganda e Haiti, dentre muitos outros.

Os problemas apresentam-se em todas as áreas. No setor externo, balança comercial deficitária e dependente dos preços das commodities, 4,2% do PIB de déficit em conta corrente, agora dependente de fluxos especulativos para manter o balanço de pagamento equilibrado. No campo fiscal, o desastre do déficit primário e descrédito na contabilidade criativa juntaram-se a objeções do Tribunal de Contas da União quanto a endividamento não autorizado em Lei, o que é crime de responsabilidade.

O país que havia domado a inflação hoje luta semana a semana contra a escalada dos índices de preços, em que pese os malabarismos da equipe econômica para gerar maneiras de segurar artificialmente os aumentos. Combustíveis, energia elétrica, câmbio, transporte público, tudo que estava à mão foi usado para administrar os preços, mas a inflação escapa ao controle a cada momento.

O mais absurdo é que o país luta contra a inflação e permanece estagnado. A indústria perdeu participação no PIB de forma inédita, submetida a custos da inépcia pública e a políticas erráticas de juro e câmbio. Nem os cofres públicos, comprometidos por grandes subsídios e desonerações lograram segurar a derrocada da indústria e do investimento. Segundo o IBGE, a indústria encolheu 3,2% em 2014, o pior resultado desde a crise financeira mundial de 2009. Nem mesmo o milagre lulista de escancarar o crédito público, como feito em 2010 para ganhar a eleição, conseguiu fazer a economia se movimentar.

A queima de postos de trabalho nos segmentos mais qualificados do mercado, que já foi de 2 milhões de empregos em quatro anos, ganha nova dimensão nesta fase de aprofundamento da desestruturação econômica.

A confiança de empresários e consumidores tende hoje a zero. Não se sabe o preço da energia elétrica – e nem se haverá energia. Não se sabe a política de preços para combustíveis. Ninguém faz ideia do que será o câmbio no contexto de desequilíbrio externo em que o Brasil se encontra. Apenas dois consensos podem ser identificados: o crescimento não ocorrerá e a taxa de juros real será alta.

A infraestrutura de transporte permanece completamente travada num emaranhado ideológico que contempla desde sindicalistas temerosos em perder suas bases até fornecedores que não querem desfazer seus cartéis. A mobilidade urbana permanece envolta em promessas e o governo federal tem cada vez menos capacidade de apoiar estados e municípios.

O setor energético brasileiro foi desorganizado por erros de estratégia e um amadorismo gerencial que sintetiza o tipo de governo a que o país vem sendo submetido. Na ânsia populista de rebaixar as tarifas ao consumidor, o governo Dilma gerou uma conta de subsídios que chegará, em três anos, a R\$ 114 bilhões. Nem por isso o consumidor deixará de pagar a conta e os juros de uma dívida que ele não fez. Os aumentos de tarifas são de 30% a 40%, mas podem subir ainda mais porque, no setor, a incompetência governamental não tem limites.

3. Incompetência, negligência, mediocridade e corrupção

O primeiro governo (ou melhor, desgoverno) Dilma foi um grande fracasso na área econômica, uma vergonha na área internacional, medíocre na educação, irresponsável na saúde, demagógico na área social, inerte na segurança pública e um descalabro na área de energia e infraestrutura.

Como se tudo isso não bastasse, merece destaque o fato de que o governo Dilma somente deu alguns passos na área da mobilidade urbana depois dos protestos que tomaram conta das ruas do país no ano de 2013. Mesmo assim, a incompetência do governo petista impediu a tramitação de forma tempestiva da maior parte dos projetos apresentados por estados e municípios para a área. E mais, a postura antirrepublicana do governo bloqueou o aporte de recursos para cidades importantes governadas pela oposição. Dilma realizou o governo da “imobilidade urbana”.

Na área do meio ambiente, o governo omitiu e retardou a divulgação de dados sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, recusou-se a estabelecer metas para o cumprimento de acordos internacionais sobre a preservação da floresta e não avançou na regulamentação do novo código florestal. Além disso, os investimentos em saneamento não deslancham, e os nossos rios e mananciais continuam a receber milhares de toneladas de esgoto todos os dias. Nessa área, tivemos não o governo da preservação, mas o da “degradação ambiental”.

Se em todas as áreas anteriores o fracasso foi evidente, na área da segurança pública o desempenho de Dilma Rousseff não pode receber avaliação superior a zero. O Brasil se consolidou como um dos lugares mais perigosos do mundo, e algumas das nossas cidades figuram entre as mais violentas de todo o planeta. O fracasso não impediu que durante a campanha presidencial de 2014 a candidata apresentasse com desfaçatez as ações realizadas nas cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo de futebol como grandes avanços na área. Drogas e armas continuam entrando no Brasil de forma descontrolada através de fronteiras

devassadas, servindo de combustível para uma degradação social que já alcança limites insuportáveis. A atuação negligente do governo federal na segurança pública está comprometendo seriamente o futuro do nosso país.

Não se poderia deixar de mencionar o vexame internacional que o governo Dilma fez o Brasil passar durante a preparação da Copa do Mundo de 2014. Durante os dois últimos anos que antecederam o evento, o Brasil foi ridicularizado pela imprensa internacional pela falta de planejamento e improviso que caracterizaram as obras, algumas entregues dias antes da partida inaugural e outras inconclusas até os dias atuais. E isso aconteceu mesmo tendo sido o Brasil o país que mais teve tempo para se preparar para a Copa: sete anos desde outubro de 2007, quando foi anunciada a escolha. Mas o mais grave foi a sociedade perceber que alguns estádios de futebol foram construídos ao custo de R\$ 400 milhões e atenderam plenamente aos padrões técnicos exigidos pela Federação Internacional de Futebol, enquanto outros, equivalentes em especificações, chegaram a custar R\$ 2 bilhões, ou cinco vezes mais do que o necessário, a exemplo do que foi construído pelo governo petista do Distrito Federal. As marcas do governo Dilma na Copa do Mundo foram o atraso, a incompetência e a corrupção.

As recentes revelações constantes em inquérito conduzido pela Polícia Federal de que o monstruoso esquema de corrupção montado na maior empresa estatal brasileira tinha como um de seus operadores o tesoureiro nacional do PT e canalizou pelo menos US\$ 200 milhões em propinas para o partido deixaram a sociedade brasileira ainda mais escandalizada e liquidaram qualquer resquício de autoridade institucional que ainda restasse na figura da ex-presidente do conselho de administração da Petrobras e atual presidente da República.

Se antes das mais recentes revelações do esquema corrupto o governo Dilma já poderia ser classificado como um desastre ético, moral, técnico, político e institucional, agora ele pode ser considerado um retumbante fracasso.

O povo brasileiro deve estar atento às tentativas do governo e do PT (por meio de seus líderes) de pressionar e coagir as autoridades do

Judiciário a serem lenientes no aprofundamento das investigações e no julgamento dos crimes. O que se exige é justiça e apuração rigorosa. Quem deve tem que pagar.

4. ECONOMIA

A volta da inflação

A política econômica do governo Dilma pautou-se pela chamada “Nova Matriz Macroeconômica” – nome dado pelo próprio ministro da Fazenda às iniciativas que substituíram o antigo tripé macroeconômico (metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal).

A tal matriz visava desonerar o setor produtivo, reduzir os juros reais, expandir de forma imprudente o crédito público, selecionar “campeões nacionais” e protegê-los com o crédito do BNDES e a leniência dos órgãos de defesa da concorrência. Bem como autarquizar a economia, internalizando dentro do país toda a cadeia produtiva através do uso de barreiras não tarifárias ao comércio, como a exigência de conteúdo nacional em empréstimos do BNDES e nas compras das estatais.

Os resultados colhidos indicam que a derrota foi retumbante: inflação acelerada, ampliação do déficit externo, atividade econômica estagnada e juros maiores do que os recebidos em 2010 pela presidente.

Em seu discurso de posse, Dilma deixou claro que o novo mandato será uma reprodução do primeiro, mas em maior intensidade. Falou em “sacrifícios”, sem o menor pudor, e não reconheceu que o quadro econômico de extrema fragilidade no qual se encontra o país é resultado direto de seus próprios equívocos e tropeços. Agora, os sacrifícios recaem sobre os que acreditaram nas suas etéreas promessas de campanha.

O fato é que a inflação encerrou o ano de 2014 a 6,4%, isto é, 0,5 ponto percentual acima dos 5,9% registrados em 2013. Trata-se de um percentual elevado em relação à meta, da ordem de 4,5%, e também em relação ao teto de 6,5%. Aceleraram a inflação e oneraram os trabalhadores e, simultaneamente, aprofundaram a desaceleração da economia.

A abertura do IPCA evidencia que os itens mais importantes na vida dos cidadãos sofreram as maiores variações em 2014: alimentos e bebidas (8%); saúde e cuidados pessoais (7%); despesas pessoais (8,3%) e educação (8,5%). Das 13 regiões que compõem a pesquisa para o cálculo do IPCA, seis apresentaram inflação superior ao teto da meta.

A convergência da inflação à meta de 4,5% dificilmente ocorrerá no horizonte dos próximos quatro anos. O descontrole foi enorme e, agora, o preço pago para conter o avanço acelerado dos preços da economia será igualmente elevado: restrição ao consumo, ao crédito, ao investimento e, portanto, postergação da recuperação da atividade econômica. Um quadro difícil a ser enfrentado pelo mesmo governo – incompetente e míope.

Soma-se a este quadro o tempero amargo da baixa confiança do mercado e da sociedade na capacidade do governo em retomar a estabilidade monetária e recolocar o Brasil na rota do crescimento econômico. Com expectativas desancoradas, a tarefa do Banco Central e do Ministério da Fazenda torna-se ainda mais inglória. Isso ocorre porque a credibilidade necessária à recuperação da economia advém, em primeiro lugar, da presidente da República. Sem isso, dificilmente uma nova estratégia de política econômica, por mais bem intencionada que seja, terá sucesso.

A falta de confiança de empresários e consumidores deprime a formação bruta de capital fixo e o consumo. Com efeito, as projeções do Banco Central/Focus indicam queda de 0,5% do PIB em 2015. Importante lembrar que essa redução ocorre sobre base deprimida com a (provável) diminuição do PIB em 2014, a ser anunciada em fins de março.

Na ausência de política macro consistente, o governo brincou com o câmbio

Quando a inflação mostrou maior resistência e o governo viu-se diante das eleições presidenciais, no ano passado, a resposta de política econômica foi vender dólares no mercado futuro de câmbio para evitar uma sobredesvalorização excessiva do real. É como vender reservas, mas sem assumir que se está fazendo isso. Troca-se com o mercado a variação da taxa de câmbio pela variação da Selic. É um bom negócio, desde que o câmbio não suba, como aconteceu, impondo prejuízos que, só no segundo semestre do ano passado, superaram a marca de R\$ 20 bilhões.

Essa dinâmica de utilizar a taxa de câmbio e a intervenção no mercado para afetar o preço dos produtos importados, em reais, e gerar um pseudocontrole da inflação doméstica é danoso, não apenas por ser ilusório, como também porque acaba impondo ainda maiores custos ao setor produtivo. A indústria está estagnada, desde o pós-crise de 2008 e amargou uma queda de

3,2%, em 2014, frente ao ano anterior. Vale ressaltar que a produção de veículos despencou 15,3%, na mesma base de comparação.

Uma política nada fiscal: naufragando no descrédito

A política fiscal do primeiro governo Dilma conseguiu um consenso, para não falar em unanimidade: foi um fracasso. Até os que defendem o governo reconhecem que foi ineficiente e ineficaz e isso foi reconhecido pela própria presidente da República quando escolheu para comandar o Ministério da Fazenda no novo mandato um economista cuja principal credencial era sua defesa incontestada da austeridade fiscal.

A despesa primária sempre cresceu à frente da receita (nos três últimos anos de mandato) e, como decorrência, o resultado primário evaporou. O superávit primário de 2,6% do PIB em 2010, último ano do mandato anterior, transformou-se num déficit primário de 0,6% do PIB, em 2014. O saldo só não desaparecera antes porque o governo Dilma usou e abusou da criatividade para editar medidas atípicas, que tanto geraram receitas extraordinárias (como venda de ativos e parcelamentos de dívidas tributárias) ou que nem deveriam contar como tal (como dividendos e outras receitas que, na origem, eram cobertas pela emissão de títulos), quanto esconderam ou postergaram despesas (como a expansão de restos a pagar e dos subsídios creditícios, ora travestidos de investimentos – no caso de habitação popular –, ora não pagos aos bancos oficiais).

Nunca se concedeu tantas desonerações tributárias e tanto crédito estatal barato e longo, mas a taxa nacional de investimentos foi decrescente. O chamado “Banco do Tesouro Nacional” acumula empréstimos de quase R\$ 900 bilhões para a economia e virou uma das maiores instituições financeiras do país e nem assim conseguiu ativar a economia. O problema é que a maioria dos tomadores desse crédito fácil, ao invés de investir mais na produção, preferiam trocar a fonte de recursos dos projetos anteriores, poupar e aplicar os próprios – até porque, diante de tanta incerteza, o próprio governo premiava a liquidez.

O mesmo se repetiu no âmbito dos governos estaduais e municipais: o próprio Tesouro Nacional incentivou o rápido endividamento, inclusive ao conceder garantias para a maioria dos empréstimos – até quando não tinham capacidade de pagamento, o que dizimou o esforço fiscal antes realizado. Um superávit primário tradicional próximo de 1% do PIB também desapareceu. Pior

sorte tiveram as empresas estatais federais excluídas desse controle (Petrobras e Eletrobrás), que viram seu superávit virar um déficit primário que já se aproxima de 1% do PIB.

Um comprometimento de longo prazo das dívidas públicas e da política fiscal

A dívida bruta do setor público, que não inclui bancos, Petrobras e Eletrobrás, cresceu nada menos que 10% do PIB durante o governo Dilma, chegando, ao final de 2014, a 63,4% do PIB.

O futuro também já foi comprometido pelo descasamento entre o que o governo federal deve (basicamente, a dívida mobiliária interna mais operações compromissadas do Banco Central), cada vez mais caro e curto, e o que tem a receber (reservas internacionais e empréstimos), que rendem cada vez menos e com retorno a perder de vista. A taxa de juros implícita da dívida pública nunca recuou abaixo de 15% ao ano, mesmo quando a Selic caiu a menos de dois dígitos. Assim ficará ou ainda crescerá mais, já que a trajetória esperada da taxa básica é crescente. As despesas de juros chegaram a 6,1% do PIB em 2014. Com a subida dos juros, o superávit primário necessário para estabilizar a relação dívida bruta/PIB aumentará, ainda mais com um denominador que só faz encolher.

O fracasso da política fiscal do primeiro governo Dilma custará caro e muito pesará para o segundo governo Dilma – e ainda mais para o país. Não por outro motivo, restou ao governo mudar a orientação e tentar seguir um receituário clássico na política fiscal. Diante da fragilidade da economia, o ideal seria adotar um programa de consolidação fiscal, como fizeram muitas economias avançadas depois da crise que implantaram reformas estruturais em diferentes frentes. Mas mudanças desta natureza jamais estiveram na agenda da presidente Dilma.

Crescimento com Dilma: na rabeira do mundo

Nos últimos anos predominou entre os petistas o discurso de que a economia brasileira vinha mal porque o resto do mundo estava pior ainda. A alegação de que a pneumonia econômica brasileira derivou de friagem externa não resiste, porém, a um tênue sopro da razão. O desempenho da economia do Brasil nos anos recentes está entre os piores registrados em todo o mundo e,

mais especificamente, fica na rabeira de todos os rankings quando a comparação é feita com pares regionais, considerando tanto os países da América do Sul, quanto os da América Latina.

Este é um traço que marca de maneira indelével os quatro primeiros anos da gestão da presidente Dilma Rousseff. Sob o comando dela, a economia brasileira colheu um dos mais medíocres resultados em termos de crescimento do PIB de que se tem notícia, tanto na comparação com o restante do mundo, quanto em termos históricos. Trata-se de obra difícil de ser igualada.

Com os resultados registrados desde 2011 (2,7% em 2011, 1% em 2012 e 2,5% em 2013) e a projeção do Fundo Monetário Internacional para o PIB de 2014 (uma expansão de 0,3% que até a atual equipe econômica brasileira já considera irrealista), a economia brasileira terá crescido 1,6%, em média, no primeiro quadriênio da gestão da atual presidente.

Em todo o período republicano, tal desempenho só encontra competidores à altura nos governos dos presidentes Floriano Peixoto (1891-1894) e Fernando Collor de Mello (1990-1992), conforme levantamento realizado pelo professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ.

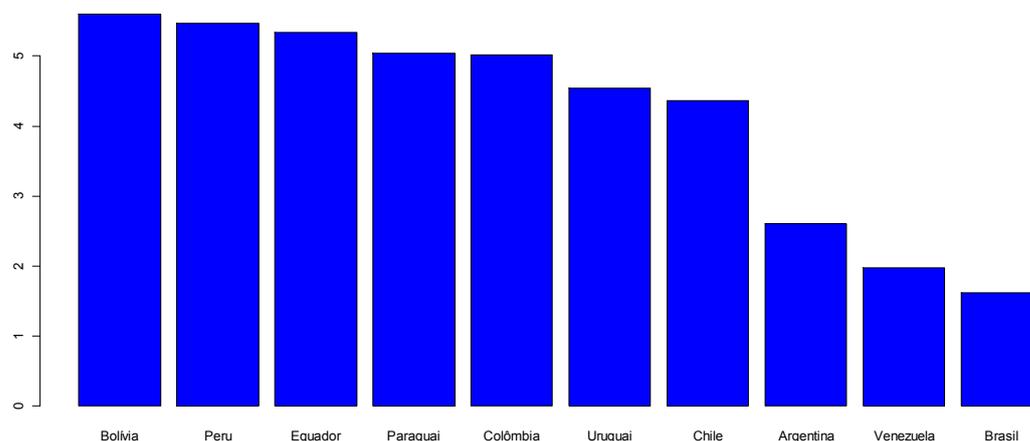
Talvez seja desnecessário, mas vale lembrar as circunstâncias presentes nos dois governos com os quais Dilma ombreia. O “marechal de ferro” assumiu a presidência do Brasil no apagar das luzes do século 19 depois da renúncia de Deodoro da Fonseca e governou um país conturbado por revoltas e sublevações regionais. Nestas circunstâncias, a economia nacional encolheu. O mesmo aconteceu no período de Collor, apeado do poder após a revelação de um esquema de corrupção que, hoje, perto do mensalão e do petrolão, mais parece brincadeira de criança.

Vivendo uma época de normalidade democrática e sem sobressaltos institucionais, Dilma Rousseff conseguiu levar o Brasil a um desempenho econômico simplesmente desastroso: entre 2011 e 2014, todos os países da América do Sul, todos os da América Latina e a maior parte das nações do mundo cresceram mais que nós.

Na América do Sul, o ranking do período é liderado pela Bolívia, com média de 5,6% ao ano. Na média, nestes quatro anos a economia sul-americana apresentou crescimento de 2,7% anuais, ou seja, bem superior ao 1,6% do Brasil. Por incrível que pareça, nações afundadas na desorganização

institucional e na desordem econômica, como a Argentina (2,6%) e a Venezuela (2%), conseguiram sair-se melhor que o país sob o comando de Dilma.

América do Sul – Crescimento médio anual do PIB (2011-2014*), em %



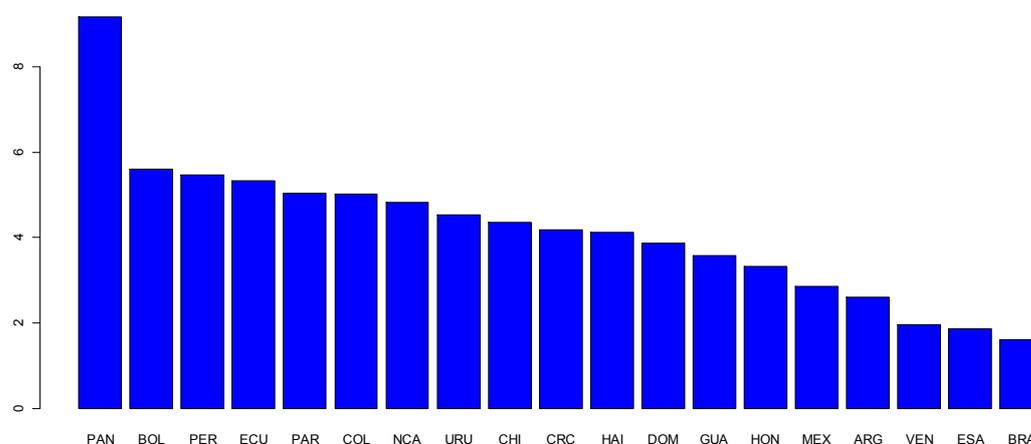
Fontes: FMI e IBGE (para Brasil). *Crescimentos em 2014 projetados pelo FMI (para todos os países da amostra)

Quando a amostra é ampliada para toda a América Latina, o retrato não se altera. Novamente, entre os 19 países da região, o Brasil governado por Dilma Rousseff é o lanterninha do ranking, desta vez liderado pelo Panamá e seus asiáticos 9,2% de média de crescimento anual. Na média, os latino-americanos cresceram 2,8% entre 2011 e 2014, também bem acima da marca brasileira de 1,6%.

A análise destes resultados joga definitivamente por terra o argumento petista de que o recuo dos preços das matérias-primas no mercado internacional levou todos os países exportadores de commodities – como é também o nosso caso – para o mesmo buraco. O fosso brasileiro, cavado pela “nova matriz econômica” petista, é bem mais profundo.

Em sua composição, as características das economias sul-americanas e latino-americanas são bastante parecidas com as do Brasil, guardadas as distintas proporções e dimensões que as separam. Se fomos tão piores do que a média, as razões devem ser procuradas aqui dentro e não lá fora, como tenta fazer o PT. O inferno não são os outros, mas sim o nosso governo, mais precisamente a gestão Dilma.

América Latina – Crescimento médio anual do PIB (2011-2014*), em %



Fontes: FMI e IBGE (para Brasil). *Crescimentos em 2014 projetados pelo FMI (para todos os países da amostra)

Cabe também analisar o desempenho do Brasil comparado com as economias de todo o resto do mundo. Numa lista de 169 nações cujos dados são compilados pela OCDE, o país aparece apenas na 128ª colocação, atrás de países como Haiti, Uganda e Armênia. Economias que sofreram bastante com a debacle imobiliária do fim da década passada também se saíram melhores que nós, como foi o caso dos EUA, epicentro da crise, que cresceram 2,1% anuais desde 2011.

Com Lula o Brasil também andou na rabeira

Já vimos que a desculpa petista para o desempenho desastroso de Dilma na economia não cola. Isto é, as condições preponderantes em todo o mundo não chancelam o discurso oficial de que o Brasil foi mal porque todas as demais nações também derraparam. Não: saímos-nos pessimamente porque temos um governo pior do que merecíamos.

Para tentar fugir da dura realidade dos números, os petistas sempre poderão querer alegar que, se com Dilma não foi bom, com Lula tudo foi bem diferente. Naqueles oito anos, o Brasil decolou e acelerou com o vento de cauda que soprou em todo o mundo. Mas a verdade não é bem esta: também com Lula, ficamos bem abaixo do que poderíamos e também na rabeira dos rankings.

Na comparação entre os dez países da América do Sul, entre 2003 e 2010, os oito anos do mandato do líder-mor dos petistas, o Brasil foi também o

último colocado da lista. O crescimento médio anual foi bem melhor, 4%, mas ainda assim ficou abaixo da média das demais economias sul-americanas, que foi de 4,7%. Naquele período, o ranking regional foi liderado pela Argentina (6,9% anuais).

O Brasil de Lula também fez feio na comparação com as demais economias da América Latina. Entre 19 países, figuramos apenas no 14º lugar no período, à frente apenas de Guatemala, Nicarágua, México, El Salvador e Haiti. O Panamá liderou o crescimento no continente entre 2003 e 2010, com média de crescimento de 7,6% ao ano. Na lista com todos os países do mundo, melhoramos um pouquinho em relação ao fiasco de Dilma: ficamos na 100ª posição.

A análise fria das estatísticas mostra que, independente de o mundo ir bem ou não, a receita de crescimento posta em prática pelos petistas não funciona. O vagalhão favorável da década passada teve aproveitamento bastante aquém do desfrutado por economias similares à brasileira. Os anos mais recentes, bem mais complicados, encontraram um país sem condições de reagir às adversidades em razão da equivocada matriz econômica reprovada pela realidade.

A primeira gestão Dilma Rousseff fica marcada por uma combinação tóxica na economia: crescimento anêmico, inflação persistentemente alta, endividamento público em forte expansão, falta de transparência na contabilidade oficial, intervenção excessiva no mercado e política de crédito que privilegiou amigos do rei em prejuízo do conjunto da sociedade. Não tinha mesmo como dar certo. E não deu.

Balança comercial: de novo a restrição ao desenvolvimento

O governo Lula foi caracterizado pela maior bonança no setor externo das últimas décadas. Os preços das commodities, ancorados no crescimento chinês e no excesso de liquidez, conjugados aos baixos juros internacionais, foram às nuvens e deram ao governo Lula um bônus de US\$ 100 bilhões em rendimentos adicionais obtidos com as exportações.

O governo Dilma aproveitou-se ainda dessa onda, mas a deterioração da competitividade de nossa indústria colocou nossa balança comercial na rota do desastre. O saldo comercial brasileiro caiu de US\$ 20 bilhões em 2010 para um déficit de US\$ 3,9 bilhões em 2014. As exportações aumentaram apenas 11%

(de US\$ 202 bilhões para US\$ 225 bilhões), enquanto as importações cresceram 26% de crescimento (de US\$ 188 bilhões para US\$ 229 bilhões).

Na balança comercial de manufaturados a face mais perversa da degradação da economia brasileira sob o comando petista. Ligeiramente superavitário entre 2002 e 2005, virou um déficit de US\$ 71,2 bilhões em 2010. Mas o governo Dilma logrou avançar sobre o atraso, levando esse déficit na conta de manufaturados a US\$ 109,4 bilhões.

A falta de políticas comerciais e a ausência de uma política consistente para a indústria brasileira desdobrou-se na exportação de empregos e na perda de dinamismo econômico. Por algum tempo, os setores exportadores de commodities compensaram o fracasso petista, mas a nova fase dos preços internacionais põe a nu a gestão temerária do nosso setor externo.

Transações correntes e financiamento externo: a nova velha dependência

As transações correntes (que incluem o fluxo de rendas e serviços além das mercadorias) espelharam a piora das contas comerciais. Em 2010, o déficit foi de 2,3% do PIB. Mas o governo Dilma conseguiu elevá-lo a 4,17% do PIB em 2014.

Ao atingir este patamar, o Brasil passa a experimentar um grau de risco muito alto, reduzindo dramaticamente sua margem de manobra em termos de política econômica interna. Agora o déficit em transações correntes supera em muito a entrada de capitais na forma de investimento direto externo, que se situa ao redor de 2,9% do PIB.

O governo Dilma produziu a dependência de capitais externos. Desde fevereiro de 2013, as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos, que eram próximas de zero, sobem continuamente. O Brasil precisa de influxo de capitais estrangeiros, em bolsa e renda fixa, de 1,2% do PIB para fechar as contas.

O governo Dilma recriou a restrição externa, o que condiciona toda nossa política de juros internos e a política cambial, dada a necessidade de manter um fluxo positivo de capitais. Os riscos são apenas mitigados pelo volume de reservas que o país detém hoje.

Derrocada da indústria

Durante muito tempo, o Brasil teve orgulho de sua transição para uma economia industrializada. Indústria era sinônimo de saber produzir, de ter trabalhadores qualificados, de participação no comércio mundial de maneira favorável.

Mas, nos últimos anos, a deterioração do nosso parque industrial foi imensa. Empresas brasileiras foram produzir no exterior, não por uma estratégia de globalização, mas porque produzir no Brasil tornou-se inviável pelos custos superiores aos do resto do mundo, pela carga tributária excessiva e pela incerteza quanto ao suprimento de insumos básicos e ao câmbio. Fizeram-no financiadas pelo BNDES, que colaborou para a exportação de empregos.

A indústria de transformação brasileira enfrenta um processo de deterioração tão profundo que sua participação no PIB já caiu a 12,2%, segundo os últimos dados disponíveis (PIB do terceiro trimestre de 2014). Ou seja, a indústria brasileira retorna a um peso no produto semelhante à vigente no Brasil dos anos quarenta do século passado.

Pior, isto se deu na vigência de uma política de balcão de incentivos, seja os do Inovar-Auto, seja os do Plano Brasil Maior, reduções de IPI, desonerações de contribuições sobre folha salarial. O governo só não percebeu que a distribuição de benesses não substitui a solidez das políticas econômica e regulatória. O dinheiro público foi pelo ralo, sem que a nossa indústria deixasse de perder espaço no Brasil e no mercado internacional.

Investimento paralisado e setor de bens de capital à beira do colapso

A formação bruta de capital fixo é a medida do investimento de uma economia, que indica a evolução futura da capacidade de produzir da economia. Enquanto economias emergentes possuem taxas superiores a 30% do PIB, a economia brasileira restringe-se a 19% nos 12 meses encerrados em setembro de 2014.

Mas os números não se restringem às contas nacionais. Ao contrário, são bem reais. Segundo a Abimaq, o setor de máquinas e equipamentos encerrou o ano de 2014 com queda média de 15% no consumo aparente e retração da ordem de 29% no faturamento destinado ao mercado interno, em comparação com o ano anterior. Segmentos como equipamentos pesados e máquinas-

ferramenta nunca atravessaram um momento tão complexo, em função da baixa taxa de investimentos e da forte penetração de produtos importados.

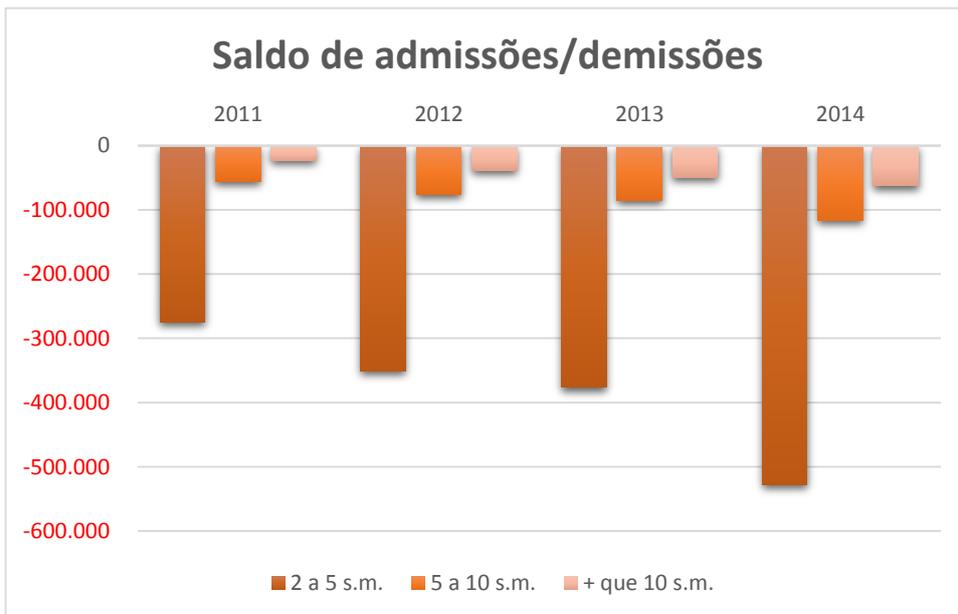
O caso do setor de bens de capital revela a completa incapacidade do governo Dilma em fazer política econômica para o desenvolvimento nacional, embora o bordão seja repetido incessantemente pela presidente. Uma miríade de políticas custeadas pelos cofres públicos tentou remendar a fragilidade da política macroeconômica. Não poderia deixar de dar errado: o dinheiro público se foi, sem que o setor deixasse de enfrentar sua pior crise em décadas.

Queima de empregos: mercado de trabalho da desqualificação

O mercado de trabalho brasileiro, no governo Dilma, foi marcado por uma evolução tão distorcida quanto a própria economia. Se nosso país transformou-se num imenso consumidor de produtos importados e teve uma involução dramática do parque produtivo, estes elementos refletiram-se nos postos de trabalho.

No período de 2011 a 2014, mais de 5 milhões de empregos foram gerados nas faixas de remuneração abaixo de dois salários mínimos. Estes empregos foram criados especialmente nos serviços e no comércio, em parte como regularização de vínculos antes informais.

Na outra ponta do mercado de trabalho, no entanto, na faixa de remuneração acima de dois salários houve forte queima de postos de trabalho. Entre 2011 e 2014, o país perdeu mais que 2 milhões de empregos com remuneração superior a dois salários mínimos.



Fonte: CAGED/MTE

5. CAMPO E AGRONEGÓCIO

O campo brasileiro, em todos os seus tamanhos, sobreviveu e avançou, apesar das dificuldades com a política governamental

A utilização do Ministério da Agricultura como objeto de barganha político-fisiológica, sujeitando-o a todo tipo de incertezas e de práticas espúrias, levaram ao sucateamento. Em quatro anos, quatro ministros, alguns sem qualquer vinculação com a área. Responsável pela política do setor mais dinâmico da economia brasileira, a Agricultura é hoje um dos ministérios de menor prestígio na Esplanada. Os melhores quadros técnicos afastaram-se. As secretarias, em geral entregues a pessoas sem qualquer qualificação para exercer as funções, operam com autonomia em relação ao ministro, e respondem diretamente a seus padrinhos políticos. As delegacias estaduais do ministério perderam, na prática, suas atribuições técnicas e se transformaram, em sua maioria, em mero espaço para nomeações da base do governo. Mas a expressão mais grave deste sucateamento é a desarticulação da defesa sanitária, expondo o setor a riscos que podem provocar danos irreversíveis ao país.

Fragilidade do planejamento setorial

Embora a produção agropecuária envolva decisões e investimentos com prazo largo de maturação, o planejamento setorial se resume a planos anuais. O Plano-Safra se resume a indicar volumes de financiamento a ser concedido, e é uma peça meramente de comunicação, estando longe de orientar o funcionamento das políticas de governo. Uma das principais promessas de campanha da candidata Dilma foi definir uma política agrícola plurianual, de médio e longo prazo, tema retomado no discurso de posse da nova ministra, atestando o fracasso em seu primeiro mandato.

Recursos crescentes, mas mal executados

Os recursos destinados ao financiamento da agricultura cresceram, mas continuaram sujeitos a problemas de execução, tanto no que se refere à tempestividade da liberação como quanto aos volumes liberados, sempre inferiores ao anunciado. Tampouco foram adequadas as condições de

financiamento, uma vez que os limites são baixos e não cobrem as necessidades de recursos dos produtores, que sofrem com os atrasos na sua liberação e acabam tendo que recorrer a financiamento a taxas regulares de mercado, extremamente elevadas e incompatíveis com a natureza da atividade agropecuária. O Plano Nacional de Armazenagem, voltado para financiar a construção de armazéns pela iniciativa privada e nas próprias fazendas, respondia a uma antiga reivindicação do setor, mas foi uma tentativa emergencial. Não se previu a necessidade de alocar recursos para financiar a formação dos estoques, e muitos agricultores que construíram armazéns não puderam utilizá-los por não contar com o crédito de comercialização, usado para financiar a estocagem no imediato pós-safra.

Setor deixado aos riscos climáticos e de mercado, quase sem proteção

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, principal mecanismo de gestão de risco para os agricultores não familiares nunca foi prioridade, como comprova a liberação de recursos sempre em descompasso com as necessidades. Em 2014 a liberação de R\$ 300 milhões para o programa de subvenção, peça central do programa, só foi feita no apagar das luzes do ano, o que deixou as seguradoras praticamente sem recursos para operar entre junho e meados de dezembro, comprometendo, seriamente, a cobertura do risco envolvido no negócio. O Fundo de Catástrofe, peça-chave para o funcionamento da política de seguro rural, criado em 2010, até hoje não funciona, colocando em risco todo o setor em caso de um evento climático mais sério.

Problemas com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

A importância do Pronaf, desde sua criação no governo FHC, é inegável, em particular por lidar com um segmento de agricultores que não têm como buscar recursos no mercado. Embora os recursos alocados para o programa sejam expressivos, sua eficácia é muito limitada, uma vez que o foco continuou sendo manter a dependência dos agricultores e não promover o efetivo fortalecimento da capacidade produtiva e qualificá-los para participar e se beneficiar do ciclo favorável de negócios para a agropecuária. Entre 2011 e 2014, o Pronaf teve desembolsos reduzidos a um quarto. Mesmo o Programa de

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, importante instrumento de inserção dos pequenos agricultores nos mercados institucionais, operado pela CONAB, atravessou sérios problemas orçamentários.

Política energética desastrosa

A crise do setor de álcool combustível é exemplo emblemático da falta de visão estratégica do governo federal e da incapacidade de gestão da política pública. A crise não nasceu no mercado e é resultado exclusivo dos erros da política pública que lançou em uma crise de proporções incomparáveis um dos setores mais promissores da nova economia, o de biocombustível, apontado como um dos principais eixos de uma nova trajetória de desenvolvimento limpo para o país.

Todo o interior do Brasil vive uma grande crise, com o fechamento de usinas e indústrias fornecedoras para o setor. Uma grande queima de empregos ocorreu em 2014. Um descalabro tão grande na política para um setor tão promissor só pode ser creditado a uma mistura de inépcia com descaso.

6. PETROBRAS

A degradação sob o comando de Dilma

Nada sintetiza de forma mais eloquente os males causados pelos governos do PT ao Brasil do que a desestruturação do setor de petróleo e gás e a consequente degradação da maior empresa estatal do País, a Petrobras. Em nenhum setor a comparação entre o sucesso da estratégia implementada pelo PSDB e o fracasso do modelo petista pode ser observado de forma tão evidente quanto no setor de petróleo e na Petrobras.

Até meados da década de 90, o monopólio da União Federal sobre a exploração, produção e refino do petróleo foi gerido pela Petrobras. O esgotamento deste modelo aconteceu na medida em que as atividades de prospecção, exploração e produção foram exigindo volumes crescentes de investimento com complexidade tecnológica cada vez maior. O crescimento do setor em padrões internacionais de eficiência e qualidade exigia que fosse criado um ambiente concorrencial regulado por uma agência governamental independente, com empresas privadas nacionais e internacionais capazes de aportar capitais e tecnologia onde a Petrobras atuaria como empresa líder competindo e se associando com as demais operadoras.

No governo Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional alterou a Constituição para permitir que o monopólio da União sobre o setor petróleo fosse explorado em ambiente concorrencial e não mais exclusivamente pela Petrobras. A nova Lei do Petróleo (nº 9.478, de 6 de agosto de 1997) criou a ANP (Agência Nacional do Petróleo) e regulamentou o novo modelo que manteve o monopólio estatal sobre o setor, mas permitiu que outras empresas além da Petrobras atuassem no setor de exploração e produção de óleo e gás (“up stream”) mediante concessão ou autorização do poder concedente.

O resultado dessa mudança foi uma nova revolução no setor do petróleo no Brasil, com a entrada de 70 novas empresas brasileiras e estrangeiras, novos recursos financeiros e tecnológicos privados são atraídos, provocando um efeito multiplicador extraordinário na economia.

Durante os 11 anos em que vigorou o modelo de concessões criado pela Lei do Petróleo de 1997, foram concedidos cerca de 700 blocos mediante leilões realizados pela ANP, sendo gerados cerca de 500.000 novos empregos diretos e

indiretos em toda a cadeia produtiva do setor e recolhidos mais de R\$ 200 bilhões de reais em impostos para as três esferas de governo.

Com a reforma feita em 1997 no governo FHC a produção nacional de petróleo cresceu de 870 milhões em 1997 para 1.850 milhões em dez anos, e o setor do petróleo saltou de 2% para 12% do PIB no período. O investimento anual no setor se eleva de US\$ 4 bilhões para US\$ 43 bilhões e as receitas governamentais em royalties e participações especiais saltam de R\$ 200 milhões anuais para R\$ 26 bilhões, um aumento de 130 vezes.

O PT e o fim de uma trajetória de sucesso

Mas a trajetória de sucesso da Petrobras e do setor de petróleo no Brasil começou a mudar quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder em 2003 e levou para a empresa o modo de governar que implantaria em todas as esferas do poder federal, baseado no aparelhamento partidário, no fisiologismo político, na demagogia inescrupulosa, na irresponsabilidade gerencial perversamente combinados e sempre camuflados por um discurso ideológico equivocado em favor de uma maior participação do Estado na economia.

Com a descoberta do campo de Tupi, depois rebatizado de Lula, em meados de 2007 o governo do PT encontrou a desculpa que buscava para destruir o modelo da lei nº 9478/97. A descoberta do pré-sal, saudada pelo governo como um “bilhete premiado”, levou o governo a suspender os leilões por cinco anos e a montar um confuso novo marco regulatório baseado em contratos de partilha. A Petrobras foi capitalizada com as reservas do pré-sal cedidas pela União numa gigantesca operação em mercado aberto e a estatal passou a ser encarregada de ser a operadora única da exploração das novas reservas. Tudo isso supostamente para que o Brasil pudesse tirar o maior proveito possível das descobertas, a Petrobras fosse fortalecida e defendida da ameaça que representaria a presença do setor privado e das multinacionais.

A política de conteúdo nacional mínimo – que sempre havia sido praticada com bom senso – passa a estabelecer exigências irracionais também supostamente para beneficiar a indústria nacional pela utilização do poder de compra da Petrobras turbinado pela nova condição de operadora única .

O discurso ufanista envelopado em um nacionalismo requeitado sobre o pré-sal e o novo modelo de partilha foram vendidos em uma narrativa falaciosa à população a fim de embalar o projeto de eleição de Dilma Rousseff em 2010. O único resultado positivo que o PT pôde comemorar foi a eficácia eleitoral da farsa montada.

Como se sabe, a estratégia do governo do PT deu errado para a Petrobras, para o setor de petróleo e gás, para a indústria nacional de equipamentos e principalmente para o Brasil.

Ao longo dos últimos quatro anos, esse modelo foi aprofundado e seus resultados desastrosos implodiram quaisquer traços de seriedade que ainda pudessem ser vistos no governo Dilma Rousseff.

O preenchimento dos cargos passou a ser feito principalmente com base em critérios político-partidários, sendo pouco observada a qualificação técnica dos postulantes. O fisiologismo político foi adotado em larga escala, e diretorias importantes passaram a ser ocupadas em troca de apoio no Congresso Nacional.

A demagogia inescrupulosa fez com que vultosos recursos públicos fossem mal empregados, como no caso da comemoração de uma autossuficiência nacional na produção de petróleo que até hoje não foi alcançada, mas que foi “antecipada” para celebrar a competência do governo petista e da sua pré-candidata, a presidente do conselho de administração da Petrobras no período de 2003 a 2010, Dilma Rousseff.

A irresponsabilidade gerencial esteve presente de forma patente em três aspectos principais: a) na aceitação de custos exorbitantes para a aquisição de bens e serviços pela empresa; b) na falta de planejamento para a manutenção de equipamentos – obrigando a realização de inúmeras paradas não programadas de unidades industriais, o que gerava a necessidade de contratações emergenciais sem licitação; e c) na distribuição de doações para organizações não governamentais e prefeituras “amigas”.

Mesmo sem considerar o mal gerenciamento e a corrupção, todo o programa de construção de refinarias do governo do PT sempre foi um completo equivoco, na opinião unanime dos especialistas. O governo petista se jactava do programa que pretendia construir com antecedência capacidade de processar todo o óleo que o Brasil haveria de produzir depois da descoberta do pré sal. Um voluntarismo delirante absolutamente descolado da realidade do

mercado mundial de derivados de petróleo. Um caso, em especial, sintetiza toda a irresponsabilidade gerencial associada ao padrão de “desgovernança” implantado pelo governo petista: a construção da Refinaria Abreu e Lima, que teve o seu custo aumentado de US\$ 2 bilhões para US\$ 19 bilhões em um período de apenas 4 anos desde o anúncio da construção, sob a justificativa estapafúrdia de que tinham ocorrido erros de projeto. Apesar da tentativa de resumir a situação à incompetência confessada pelo próprio governo na gestão Polícia Federal da empresa, o que já seria imperdoável, investigações da revelaram, entretanto, que parte significativa desse aumento de custos esteve associada ao monstruoso esquema de corrupção implantado na Petrobras para financiar o esquema de poder do PT.

Como se não bastasse tudo isso, o governo petista mudou o marco regulatório do setor do petróleo no ano de 2010, abandonando o regime de concessões e adotando o regime de partilha, no qual a União fica com uma parte do óleo extraído das reservas pelas empresas que oferecerem o maior bônus pela exploração.

Ao fazer isso, o governo do PT tentou passar a ideia de que o regime de concessões implantado no governo Fernando Henrique tinha sido ruim, ignorando todos os avanços conquistados desde então e apesar do impacto muito positivo que tais avanços provocaram na economia brasileira no período.

Pior, para propagar uma visão atrasada da participação do Estado na economia, o novo modelo estabeleceu que a Petrobras fosse necessariamente sócia com pelo menos 30% de todos os novos campos de petróleo do pré-sal, obrigando a empresa a assumir compromissos de investimentos muito superiores a sua capacidade financeira.

Essa mudança provocou uma paralisia de mais de cinco anos nos investimentos no setor do petróleo no Brasil e lançou muitas incertezas para os investidores nacionais e internacionais quanto à segurança dos negócios com a Petrobras.

Como resultado, o primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha, ocorrido em outubro de 2013, foi um fracasso. Enquanto o governo esperava a inscrição de mais de 40 empresas, apenas 11 se registraram e um único consórcio apresentou proposta com o mínimo exigido, rendendo um bônus de R\$ 15 bilhões ao governo. Não é demais registrar que naquele momento o petróleo estava cotado a mais de US\$ 105/barril, mais do que o dobro da cotação atual.

Instrumento (equivocado) de combate à inflação

Ainda em relação à visão ultrapassada sobre a presença do Estado na economia, a Petrobras foi utilizada pelos governos petistas como instrumento de combate à inflação, ao ter os preços dos seus produtos artificialmente represados em momentos em que a cotação internacional do petróleo alcançava patamares elevados, ressuscitando prática típica das décadas de 70/80. Isso fez com que a empresa perdesse grandes somas de recursos ao importar por preços mais altos do que os que praticava no mercado interno.

As consequências nefastas que o modo de governar petista trouxeram para a empresa que era símbolo do orgulho nacional foram escamoteadas durante os dois governos Lula pelos resultados financeiros obtidos com a elevação dos preços internacionais do petróleo – que aumentaram da casa dos US\$ 30/barril em 2003 para cerca de US\$ 90/barril em 2010 – e pela descoberta das reservas de petróleo na camada do pré-sal.

Tudo parecia estar dando certo com a empresa naqueles anos. O então presidente Lula e a então presidente do conselho de administração da Petrobras, Dilma Rousseff, estavam sempre participando de grandes eventos que enalteciam os investimentos e as descobertas de novos campos de petróleo, e os setores da oposição que criticavam os desmandos e a má gestão e exigiam a apuração dos fortes indícios de superfaturamento e corrupção nos contratos da empresa eram tratados como “neoliberais” e “entreguistas”, que agiam contra os interesses nacionais.

Operação Lava Jato

Mas foi em março de 2014 que a sociedade brasileira tomou conhecimento do que efetivamente se passava na Petrobras, quando a Polícia Federal desencadeou a Operação Lava Jato, destinada a apurar fortes indícios de corrupção nos contratos da Petrobras. Com a prisão do ex-diretor de Abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef, começou a ser desvendado o maior escândalo de corrupção da história do Brasil.

A partir daquele momento, o andamento das investigações policiais deixava a cada dia mais claro que os problemas não se resumiam às relações

promíscuas entre o ex-diretor e o doleiro, mas envolvia outras diretorias da estatal e diversos grandes fornecedores de bens e serviços, que tinham se associado em cartel para praticar sobrepreço e obter contratos superfaturados mediante o pagamento de propinas a autoridades integrantes do governo federal.

Não demorou muito para, em agosto de 2014, o ex-diretor preso decidir, após negociar um acordo de delação premiada, revelar a verdadeira origem e extensão do esquema de corrupção montado na empresa desde o início do governo Lula e mantido durante o governo Dilma.

Segundo Paulo Roberto Costa, o Partido dos Trabalhadores recebia, como propina, um percentual do valor dos contratos celebrados pela Diretoria de Serviços comandada por um diretor da confiança do Partido, Renato Duque, enquanto outros partidos aliados também recebiam propina dos contratos celebrados pela Diretoria de Abastecimento.

Durante os governos petistas de Lula e Dilma, as licitações eram todas fraudadas para beneficiar um pequeno “clube” de empresas, declarou o ex-diretor. E mais, ele mesmo fora nomeado para o cargo no ano de 2003 porque o então presidente Lula cedera à chantagem de um grupo de parlamentares que boicotou o governo durante algumas semanas no Congresso Nacional. Ou seja, Lula teria cometido grave violação à Constituição.

No caso do Partido dos Trabalhadores, as investigações da Polícia Federal indicam que a propina dos contratos era entregue ao seu tesoureiro nacional, João Vaccari Neto, o que, uma vez comprovado, ligará o monstruoso esquema de corrupção ao financiamento da própria candidatura de Dilma Rousseff, tanto em 2010 como em 2014.

A compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, é outro caso emblemático da degradação promovida pela gestão petista na Petrobras. Ao que tudo indica até agora, o negócio foi realizado em 2006 apenas como mais um golpe na empresa efetuado por uma quadrilha integrada por diretores, gerentes e empresários corruptos. Mas com um detalhe importante: tudo com a aprovação de Dilma Rousseff, à época presidente do conselho de administração da estatal e, portanto, responsável direta por decisões de investimento como a do caso em questão. Assim, a Petrobras comprou inicialmente 50% da Refinaria por US\$ 360 milhões, mesmo sabendo que um ano antes a vendedora havia desembolsado apenas US\$ 42,5 milhões por 100% da mesma. Mas como se isso não bastasse, a Petrobras aceitou cláusulas severas, que lhe conduziram a

pagar, pouco tempo depois, mais US\$ 820,5 milhões pelos outros 50% da empresa. E o que é pior: a Refinaria não processava o tipo de óleo extraído pela estatal brasileira.

Foi então que surgiu a confissão de um ato que tende a se confirmar como um mais um crime, desta vez pela própria Presidente da República: para justificar a sua aprovação à compra da Refinaria, ela disse que se baseou apenas em um resumo executivo mal feito, apresentado pelo Diretor Internacional, Nestor Cerveró. Não adotou, portanto, o que prevê a Lei das Sociedades Anônimas em relação aos membros dos Conselhos de Administração, que não podem se eximir de examinar toda a documentação necessária à tomada de decisões.

Mas nesta história de Pasadena, há ainda o pior: mesmo depois de confessar um provável crime, tentando transformá-lo em mais um episódio de incompetência, a já Presidente da República não tomou qualquer medida para punir os responsáveis pelo investimento fraudulento da principal estatal do país em uma Refinaria que não processa o óleo extraído do subsolo brasileiro.

Tolerância com o esquema de corrupção

É importante destacar que investigações internas na Petrobras apenas começaram a acontecer após a deflagração da Operação Lava Jato pela Polícia Federal em março de 2014, e que mesmo após esse fato alguns dos protagonistas do escândalo continuaram ocupando cargos públicos importantes, como o tesoureiro nacional do PT, até recentemente membro do conselho de administração de uma das mais importantes estatais brasileiras, Itaipu Binacional.

Também a até recentemente presidente da Petrobras, Graça Foster, que assumiu o cargo no início de 2012 prometendo dar um novo rumo à empresa, não tomou qualquer atitude relevante relacionada à apuração de denúncias, à revisão de contratos e procedimentos licitatórios fraudulentos ou à punição de degradadores da empresa que era orgulho nacional. A exemplo do que fizera Dilma Rousseff no seu primeiro ano de governo, Graça Foster tentou passar a imagem de austera, competente e honesta apenas adotando medidas “cosméticas” na presidência da empresa. Mas como poderia ser diferente, se Graça Foster participara, em cargo de direção, de todas as decisões desastrosas tomadas pela gestão petista desde o ano de 2003? Como poderia mostrar

austeridade e competência se assumiu jamais ter desconfiado dos valores astronômicos dos contratos fraudulentos que eram realizados com a sua aprovação na Diretoria Colegiada da empresa? Como conseguir parecer honesta se jamais deu a atenção devida às inúmeras denúncias apresentadas pela oposição ou por funcionários da própria estatal, tendo admitido que a compra fraudulenta da Refinaria de Pasadena tinha sido um “mau negócio” apenas depois de interrogada numa comissão no Congresso Nacional?

Se não bastassem os danos causados pela corrupção endêmica e estrutural, a situação financeira da Petrobras é um reflexo direto da "nova matriz econômica" do petismo. A insistência em definir um (alto) percentual de conteúdo nacional levou a criação da Sete Brasil, responsável por contratar a produção de sondas de exploração a estaleiros, muitos deles inexistentes à época, e outros sem essa expertise. A empresa, em estado falimentar em função do alto endividamento, recorre a transfusões de dinheiro público para aumentar sua sobrevida. Enquanto isso, toda a cadeia de fornecedores (artificialmente criados ou não) ameaça se esfacelar. O lado real, fora dos balanços, apresenta empregos destruídos nos estaleiros e na indústria de bens de capital.

À soma de incompetência e corrupção se somaram decisões motivadas meramente por arranjos políticos e pela diplomacia companheira, casos das refinarias do Maranhão e do Ceará, e pelo agrado a Hugo Chávez, transformado em ícone do superfaturamento na Abreu e Lima.

Assim, ao longo do Governo Dilma Rousseff, a degradação da Petrobras foi consolidada, com tolerância ao esquema de corrupção, impunidade aos “degradadores” e continuidade de uma gestão incompetente sob todos os aspectos em que se pode avaliar uma direção corporativa.

Aproximando-se do epílogo, a Petrobras hoje não consegue publicar um balanço auditável, e acumula fatores que colocam a empresa em risco de insolvência – ao mudar as condições iniciais de contratos de *bonds* e disparar cláusulas de *covenants* que dão direito ao detentor do título de solicitar pagamento antecipado da dívida.

Por isso, as agências de rating, em sequência, iniciaram um processo de rebaixamento do rating para nível especulativo. Sabemos que tudo termina com a União se endividando para honrar os títulos da estatal (o que já foi explicitado

pelo ministro da Fazenda). A presidente age da forma mais previsível possível: matando o mensageiro, ou melhor, responsabilizando as agências por não entenderem as medidas que estão sendo tomadas pela empresa. Que medidas, presidente? Mudar a direção da Petrobras colocando lá um companheiro para dar prosseguimento à gestão anterior de passar panos úmidos nos rastros deixados pela corrupção e pela incompetência?

7. SETOR ELÉTRICO

Populismo tarifário espanta investimentos

A Medida Provisória (MP) nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, atrelou a renovação das concessões a uma redução drástica das tarifas. Como resultado, a lei provocou uma queda abrupta da receita e um desequilíbrio no caixa das empresas que aderiram à renovação, como é o caso da Eletrobrás. Algumas consequências nefastas já são amplamente conhecidas e outras ainda estão por vir. O grupo Eletrobrás, que teve 67% das suas concessões de geração renovadas, amargou prejuízo de R\$ 13,2 bilhões somente no biênio 2012-2013. Em 2014 (até o terceiro trimestre), a Eletrobrás teve prejuízo de R\$ 1,857 bilhão. Tal fato se refletiu na queda superior a 50% no seu valor de mercado entre o anúncio da MP até dezembro de 2014. A desestruturação econômica do setor nos últimos dois anos pode atrair investidores abutres, afastando os bons, e comprometer o plano de investimento das empresas existentes.

Como o único objetivo do governo Dilma é a modicidade tarifária, sem se importar com a segurança do abastecimento ou a qualidade do serviço, o governo vem promovendo leilões de energia cujos preços-teto são pouco atrativos e insuficientes para viabilizar os empreendimentos. Por conta disso, os resultados dos certames vêm sendo frustrantes.

Em decorrência da falta de chuvas, da permanência das baixas vazões hidrológicas e o consequente acionamento das termoelétricas, durante boa parte de 2014 o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina o valor da comercialização da energia no mercado livre, atingiu o máximo estabelecido pela Aneel para 2014, R\$ 822,83/MWh, ampliando os riscos financeiros do setor elétrico e comprometendo a solvência do mercado.

Distorção de preços nunca vista

A implantação da Lei nº 12.783/2013, que, por meio da renovação das concessões do setor, buscou reduzir as tarifas, disparou sinalização equivocada ao consumidor de que havia sobra de energia no sistema. Mas os tempos eram de escassez. Desde outubro de 2012, a falta de chuvas deixou o nível dos reservatórios abaixo do recomendável, exigindo o despacho constante das

termoelétricas para assegurar o fornecimento de energia. Conseqüentemente o custo se elevou, gerando dificuldades financeiras adicionais para geradoras e distribuidoras.

Somente em 2015 há um déficit de R\$ 35 bilhões, que se reverterá em reajustes de até 70% para o consumidor ou será compensado, pelo menos em parte, por recursos do Tesouro. Há a expectativa de que o aporte do Tesouro na CDE seja de R\$ 9 bilhões, o que reduziria o reajuste para o consumidor para 29%. O impacto financeiro nas tarifas estimado para 2015 é fruto de ações realizadas em 2014, por conta da elevação dos custos de geração de energia elétrica, consistindo: no primeiro ano de pagamento dos empréstimos de recursos concedidos aos agentes do setor, por meio de aportes do Tesouro e da Conta-ACR (R\$ 11,1 bilhões); aumento dos custos não gerenciáveis das tarifas (R\$ 3 bilhões); os custos dos geradores com a aquisição de energia no mercado de curto prazo para suprir seus contratos, em 2014, somados à tarifa de repasse de Itaipu (R\$ 18 bilhões); e a estimativa de déficit de R\$ 2 bilhões da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em 2014. Há ainda o impacto do início da vigência do Sistema de Bandeiras Tarifárias (R\$ 6,0 bilhões), que repassarão mensalmente ao consumidor final o custo extra das distribuidoras com o uso de termoelétricas. O único alívio estimado para a conta deriva da energia proveniente da renovação das concessões, que entrarão na oferta a preços menores.

Impactos financeiros do setor elétrico em 2015

1 - Impactos conhecidos	Acréscimo de Reajuste (R\$ bilhões)	Impacto nas Tarifas
<i>Aportes do Tesouro Nacional na CDE (R\$ 11,2 bi, com pagamento a ser realizado em 5 anos)</i>	2,2	2,5%
<i>Empréstimos obtidos por meio da Conta-ACR com um conjunto de bancos</i>	8,9	10,0%
<i>Variação dos custos não-gerenciáveis da tarifa de energia elétrica (Parcela A)</i>	3,0	3,4%
<i>Sistema de Bandeiras Tarifárias</i>	6,0	6,8%
<i>Renovação das concessões</i>	-5,0	-5,6%
Subtotal	15,1	17,0%
2 - Não recebimento de subsídio CDE 2014 (R\$ 2 bilhões)	2,0	2,3%
3 - Custo GSF	18,0	20,3%
Impacto Total	35,1	39,6%
Aporte do Tesouro na CDE 2015	-9,0	-10,1%
Impacto total com aporte	26,1	29,4%

Fonte: CBIE

Custos para o Tesouro, para os empresários e para a população: uma rara lição de como não fazer políticas públicas

A necessidade dos “subsídios” ao setor teve início com a MP nº 579/2012, que, somada com o contexto das adversidades climáticas, ampliou as dificuldades. Nota-se que as medidas imediatistas e populistas adotadas pelo governo a partir de 2013 em prol da modicidade tarifária ampliaram os custos do setor. Por isso, estima-se que entre 2013 e 2015 as perdas com subsídios/custos ao setor de energia elétrica totalizarão R\$ 114,4 bilhões.

As perdas do setor elétrico foram imensas. Em 2013, foram de R\$ 20 bilhões, mas para 2014, as perdas estimadas superam R\$ 50 bilhões. Entre despacho das usinas térmicas, bandeiras tarifárias, indenizações aos proprietários de geradoras, o ano de 2015 deve implicar em equacionar R\$ 39,5 bilhões, recursos que serão pagos pelo consumidor e pelo contribuinte.

Total dos Subsídios/Custos do Setor Elétrico

Custos do Setor Elétrico	Bilhões de R\$
2013	20,0
Empréstimo por exposição ao distribuidor	10,0
Renovação das concessões (aporte do Tesouro Nacional)*	10,0
2014	54,9
Descontratação das Distribuidoras	21,8
GSF Itaipu	7,0
Renovação das concessões (aporte do Tesouro Nacional)*	10,0
Gasto dos geradores das UHEs **	16,1
2015	39,5
Despacho Térmico	8,5
Indenizações Pendentes***	22,0
Variação dos custos não-gerenciáveis da tarifa de energia elétrica (Parcela A)	3,0
Sistema de Bandeiras Tarifárias	6,0
Total	114,4

Fonte: CBIE

*Notas: * Aporte anual do Tesouro para manter redução de tarifas de 20%, pois a conta de renovação não fechou.*

*** Custo incorrido pelos geradores entre janeiro e setembro de 2014.*

**** Indenizações pendentes de RBSE e melhorias na geração que podem vir via tarifa ou aporte tesouro.*

8. LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Há mais de uma década o tema da logística frequenta a agenda de prioridades de qualquer programa de governo. O PAC foi a resposta governamental, enfileirando projetos desde o segundo governo Lula. Sempre numa ótica ultrapassada de Estado, os governos Lula e Dilma julgaram que poderiam despejar dinheiro público em projetos sem planejamento e com condições de execução e viabilidade econômico-financeira altamente discutíveis.

O resultado é devastador. Em 2010 o índice de desempenho logístico do Banco Mundial apontava o Brasil numa desprestigiada 41ª. colocação entre quase duas centenas de países. Mas, em 2014, o Brasil conseguia cair muito mais, chegando à 64ª. posição. Para um país de dimensões continentais, que vem se especializando em commodities para o mercado internacional, trata-se de resultado lamentável.

Num ambiente de descrença, o governo Dilma lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), com a previsão de inversões de R\$ 240 bilhões. Seria uma visão articulada dos investimentos nos vários modais, de modo a garantir o incremento de eficiência às condições da logística de transportes no Brasil. Infelizmente, um dos primeiros movimentos do PIL foi recolocar a triste iniciativa do trem-bala em posição de destaque na agenda de investimentos. Falta, sobretudo, compreensão acerca da forma como parcerias entre o Estado e o setor privado poderiam ser realizadas.

Portos e ferrovias: muita discussão e nada de fatos concretos

No setor portuário, muita discussão e poucas luzes com a nova legislação. A MP 595, de 06/12/2012, foi publicada como salvação do setor, revogando a Lei dos Portos de 1993 e o Decreto 6.620 (de 29/10/2008) e promovendo maior centralização de decisões em Brasília.

Os resultados foram pífios. Os 159 arrendamentos que seriam licitados tiveram índice de realização zero. Apenas ao final do ano de 2014, começaram a ser autorizados os terminais privativos, mas a grande maioria dos processos foi realizada antes da edição da MP 595/2012, o que mostra que a nova legislação não era crucial. Quanto aos investimentos de cerca de R\$ 55 bi prometidos, muito pouco foi efetivado.

O governo mantém planos ambiciosos para o setor ferroviário. Na segunda etapa do PAC, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 43,9 bilhões entre 2011 e 2014, para a expansão da malha em mais de 4,5 mil km e para a construção de linhas de bitola larga. Dentre elas, a extensão da Ferronorte e da Ferrovia Norte-Sul, a conclusão da Transnordestina, o Ferroanel de São Paulo e a Ferroeste. No entanto, apenas 1.088 km foram completados, segundo o balanço de final de governo do PAC 2.

O fato é que o governo não conseguiu fazer as negociações nos trechos sob concessão e não logrou mais do que obras problemáticas (como a Transnordestina) ou que demorarão muito para ter viabilidade econômica (Norte-sul).

Aeroportos e rodovias: reféns da incapacidade de planejar e executar

O transporte rodoviário não experimentou situação diferente. Enredado em preconceitos ideológicos, o programa de concessões patinou e o usuário foi o mais prejudicado. Os indicadores de qualidade da malha rodoviária brasileira, segundo a Pesquisa CNT de Rodovias, pioraram nos últimos anos. O baixo investimento provocou a deterioração das condições de segurança e aumento do número de pontos críticos, de 219 em 2011, para 289 em 2014.

Nos últimos 10 anos, enquanto o número de veículos em circulação cresceu 122%, a extensão das rodovias pavimentadas aumentou apenas 13,8%. Focalizando apenas o mandato Dilma, entre 2010 e 2014, o número de quilômetros pavimentados avançou apenas 5,6%, segundo a pesquisa da CNT.

O caso dos aeroportos é emblemático. Premido pela proximidade da Copa, o governo abandonou as questões internas e promoveu duas rodadas de concessões, com resultados minimamente satisfatórios. A compulsão propagandística desaguou na promessa de construção de 800 aeroportos regionais, mas nenhum decolou.

9. GESTÃO PÚBLICA

As ações do governo Dilma em gestão pública tiveram a marca do descalabro

É necessário destacar a continuidade do inchaço da máquina pública e a transformação da estrutura do Estado em presa do fisiologismo e da política rasteira do compadrio. O próprio patrimonialismo que tantos cientistas sociais diagnosticaram como elemento perverso e constitutivo da formação do Estado brasileiro foi levado a um novo patamar, assumindo novos perfis e demolindo as condições para a execução de políticas sociais.

Um breve olhar sobre a expansão do número de servidores já dá pista do descalabro. O número de funcionários públicos federais ativos já tinha avançado de 810 para 973 mil, entre 2002 e 2010, mas cresceu mais 8,8% nos quatro anos seguintes, chegando a 1.059 mil.

Nas funções gratificadas e cargos de confiança o disparate é ainda maior. Em 2002, funções e cargos ocupados somavam 68.931. Em 2014, este quantitativo subiu para 99.234. Isso significa uma evolução de 44%. Só no governo Dilma, o avanço foi de 15,3% sobre o final do governo Lula.

QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS OCUPADOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (*)

	2002	2006	2010	2014	Variação de 2010 a 2014	Variação de 2002 a 2014
NES	76	50	82	96	17,1%	26,3%
DAS	18.374	19.797	21.870	22.993	5,1%	25,1%
OUTROS CARGOS EM COMISSÃO	1.674	2.081	2.628	3.098	17,9%	85,1%
FUNÇÃO COMISSIONADA	4.838	5.973	6.627	7.301	10,2%	50,9%
FUNÇÃO GRATIFICADA	18.916	17.137	17.706	17.428	-1,6%	-7,9%
GRATIFICAÇÃO REPRESENTAÇÃO	4.398	5.856	6.449	5.473	-15,1%	24,4%
SUBTOTAL	48.276	50.894	55.362	56.389	1,9%	16,8%
CARGOS DE DIREÇÃO - IFES	3.087	3.592	6.170	7.930	28,5%	156,9%
FUNÇÃO COMISSIONADA - IFES	-	-	-	8.613		
FUNÇÃO GRATIFICADA - IFES	17.568	18.610	24.554	26.302	7,1%	49,7%
SUBTOTAL - IFES	20.655	22.202	30.724	42.845	39,5%	107,4%
TOTAL	68.931	73.096	86.086	99.234	15,3%	44,0%

FONTE: Boletim Estatístico de Pessoal/MPOG, nº 176, Dezembro de 2010 e Boletim Estatístico de Pessoal e de Informações Organizacionais/MPOG, nº 223, Novembro de 2014.

(*) inclui Administração Direta, Autárquica e Fundacional de Direito Público, excluídas as empresas estatais.

A omissão na gestão pública do governo Dilma foi profunda

Temas cruciais para a organização da gestão pública foram esquecidos, pela ausência de projeto de Estado e pela incapacidade de negociação política. Infelizmente, o caso das agências é emblemático. No início o governo petista tentou destruí-las, depois viu nelas uma boa chance para acomodar companheiros e apaniguados. Para o PT, é difícil entender o poder e a importância dos órgãos de regulação para o futuro do país.

No governo Dilma, a Agência Nacional do Petróleo sequer sabia o que acontecia na principal empresa do país no setor. Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Energia Elétrica viu, subjugada pelo poder do Planalto, uma das maiores aberrações regulatórias – a exigência de redução de preços para renovação de concessões – ser promovida pela diretiva populista da redução forçada e artificial dos preços de energia, sem base na realidade do país.

Mas ao final de seu primeiro mandato, a presidente Dilma conseguiu ir ao paroxismo do loteamento político, sem nenhuma salvaguarda da competência técnica: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária não contava com nenhum profissional de saúde em seu colegiado diretivo.

PAC: o velho estilo de Estado dotado de um novo grau de incompetência

O Estado teve importância decisiva no desenvolvimento brasileiro do século passado, criando mercados e construindo a base produtiva, a infraestrutura e a institucionalidade.

O governo Lula, auxiliado por sua escudeira Dilma, propôs, em 2007, um plano para acelerar o crescimento medíocre de seu primeiro governo. Mas o que era para ser um plano de crescimento transfigurou-se rapidamente num monstro caracterizado pela priorização de ações por critério fisiológico, pela ação midiática e pelo completo desrespeito aos critérios técnicos.

Os números inchados com o crédito habitacional deram ao setor imobiliário participação de 56% no total investido. Mas nos transportes, onde está o nosso maior gargalo, apenas 8,4% foram executados.

A lista de pleitos assumiu o lugar do planejamento integrado. O investimento público a fundo perdido perdeu o foco da operação coordenada e

com avaliação do retorno econômico-financeiro. Mas um estilo de Estado dos anos 50 não poderia dar resposta aos problemas do século 21.

O Minha Casa Minha Vida precisa de aperfeiçoamentos. É preciso haver uma avaliação dos efeitos do programa sobre o déficit habitacional e sobre o bem-estar das famílias beneficiadas. Para arcar com custos elevados da aquisição de terrenos, as incorporadoras muitas vezes constroem projetos distantes das zonas urbanas, longe de escolas e postos de saúde, afastados do mercado de trabalho, sem infraestrutura de mobilidade urbana, de saneamento, etc. Assim, algumas famílias beneficiadas tendem a alugar o imóvel recebido, voltando para loteamentos informais e favelas. Nada disso é contemplado no desenho do programa.

10. POLÍTICAS SOCIAIS

Avanços sociais não podem parar e nem ser propriedade de um partido

Os avanços das políticas sociais implementadas no Brasil desde a Constituição de 88 fizeram o país mudar para melhor. Hoje o Brasil é menos desigual e os índices de pobreza são menores que os registrados nos anos 80. Na época uma nefasta combinação de elevadíssimos patamares inflacionários e baixíssimo crescimento do PIB aprofundou os problemas sociais e ampliou a desigualdade.

O Brasil avançou socialmente e isso não foi a conquista de um governo nem de um partido; foi um ganho civilizatório de nosso país. A Constituição Cidadã de 1988 iniciou ampla revisão das políticas sociais. Os programas instituídos nos anos 90, com destaque para os programas de transferência de renda com condicionalidades – que tomaram conta do país por meio de iniciativas estaduais e municipais até tornarem-se federais, durante o governo FHC – marcaram o surgimento de um novo paradigma de políticas sociais.

Os sucessivos governos do PT mantiveram e ampliaram os programas de transferência de renda mas perderam de vista a ideia de desenvolvimento social. Prova disto é que deixaram de lado um dos principais avanços em termos de forma de adoção das políticas públicas em seu conjunto: com uma visão míope sobre a pobreza, o governo do PT teve como um de seus primeiros atos a extinção do Projeto Alvorada, programa instituído durante o governo FHC que buscava a superação da pobreza a partir de uma ação multissetorial, focalizando localidades de grande vulnerabilidade.

Contrariando suas posições anteriores, o governo do PT abandonou a visão de que não adianta apenas dar dinheiro às famílias, e esqueceu-se do imperativo de que todos os membros da família devem estar inseridos em programas que supram as necessidades individuais de cada um deles.

Quem fez mais pela queda de desigualdade no Brasil: o PT ou o PSDB?

Sabe-se que o tema é complexo, e que os fatores que afetam a desigualdade de renda são muito variados para termos uma discussão simplista sobre esse assunto. Contudo, é preciso colocar em perspectiva a queda de desigualdade durante o período Lula, e desfazer impressões sobre o período

FHC. Mesmo passadas as eleições, precisamos trabalhar na recuperação da verdade histórica, conhecendo primeiro os dados.

Pode-se comparar a variação do índice de Gini no Brasil com uma amostra de países da América Latina, com dados do Banco Mundial para o período 1994-2010.

Durante o período FHC a desigualdade caiu 0,23 ponto no primeiro mandato e 0,99 no segundo, ou seja, o Gini caiu de 59,85 para 58,82 em oito anos. Já no período Lula, o Gini caiu 2,69 no primeiro governo e 2,45 no segundo governo, chegando a 53,48 em 2010.

Ocorre que a desigualdade média nos 15 países latino-americanos para os quais o Banco Mundial tem os dados durante o período subiu bastante entre 1994 e 2002: 2,77 pontos. Logo, FHC conseguiu reduzir a desigualdade no Brasil quando a América Latina enfrentava o recrudescimento das injustiças sociais. Queda da inflação, abertura comercial, universalização do ensino fundamental, Bolsa Escola concorrem para a explicação desse resultado.

Já o desempenho relativo de Lula foi, ao contrário do que a sensação de prosperidade do povo parece indicar e o marketing político do PT tenta comprovar, apenas mediano. Enquanto a desigualdade brasileira caiu 5,14 pontos (cinco vezes mais do que no período FHC), a desigualdade média de nossos 15 vizinhos caiu bem mais: 5,41 pontos. Ou seja, o desempenho de Lula esteve abaixo da média latino-americana.

Outra forma de ver o mesmo fenômeno é imaginar uma corrida de revezamento. A desigualdade brasileira era a pior da América Latina em 1994. Ao fim do primeiro mandato de FHC, continuávamos em último, e ultrapassamos dois países ao fim do segundo mandato. No primeiro mandato de Lula, ultrapassamos mais um, mas no último mandato fomos ultrapassados por dois países – de forma que Lula terminou o governo em uma posição abaixo daquela em que FHC terminou.

O que explica o desempenho espetacular da América Latina no período Lula é um conjunto de fatores, como programas de renda mínima de molde liberal e uma alta dos preços de commodities sem precedentes. Esse último fator reduz a desigualdade de renda na medida em que altera os termos de troca na direção de atividades que empregam a base da pirâmide de distribuição de renda.

Quatro anos de (um pouco) mais do mesmo em políticas sociais

Nos quatro anos do governo Dilma houve uma proliferação de programas e ações vinculadas ao programa Bolsa Família, a maioria apenas com intuito propagandístico.

Quando o governo do PT assumiu em 2003, excetuando-se os beneficiários da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) já recebiam algum benefício de transferência renda mais de 6 milhões de famílias. Entre 2003 e 2010 foram acrescidas mais 7 milhões, ou seja, uma média de 3,5 milhões para cada quatro anos.

Dados do próprio Ministério do Desenvolvimento Social indicam que, em 2011, já recebiam o Bolsa Família 13 milhões de famílias e que esse número saltou para pouco mais de 14 milhões ao final do primeiro mandato de Dilma. Ou seja, em quatro anos o aumento do número de beneficiários foi pífio, o menor número observado desde a criação dos programas de transferência de renda no país.

O contingente de novos brasileiros beneficiados durante o governo Dilma é de cerca de 4 milhões de pessoas, muito longe do que a Presidente costuma afirmar que, “22 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza em meu governo”. O discurso oficial, no entanto, não retrata a verdade. Esse número corresponde ao total de beneficiários do programa Bolsa Família, que não necessariamente são aquelas que se encontravam na extrema pobreza. Pela metodologia do governo e considerando os dados da PNAD 2013, o número de brasileiros extremamente pobres é de 10,4 milhões.

Faltou ao governo Dilma conceito e projeto de política social

Mas a questão não se limita à insuficiência numérica do Bolsa Família para cumprir os objetivos postos pelo governo Dilma. Faltou olhar o país em toda a sua dimensão. Não foram adotados programas que tivessem como prioridade os municípios mais pobres. As necessidades das famílias não foram vistas em sua integralidade. As famílias vivem em espaços territoriais não apenas dotados de potencial econômico, mas também de carências que afetam o seu desenvolvimento e, por conseguinte, a qualidade de vida dessas famílias.

O caso mais emblemático é o do saneamento. O Brasil ocupa a 112ª posição entre 200 países pesquisados na questão do saneamento. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades indicam que 81% dos brasileiros têm acesso a água tratada, mas apenas 46% têm coleta de esgoto. Destes, apenas 38% recebem algum tratamento.

A consolidação dos programas de transferência de renda e o futuro da política social apontam para a incorporação de uma abordagem multidimensional e que leve em conta os espaços geográficos de concentração da pobreza. A simples renda transferida não resolverá as graves deficiências nas áreas de educação, saúde, saneamento e segurança pública, por exemplo.

11. SAÚDE

Os governos petistas jogaram fora os avanços da saúde

Duas características marcaram a saúde pública no Brasil até 2002: a gestão compartilhada entre a União, estados e municípios e o diálogo franco entre as esferas de governo com foco no processo de implantação do SUS.

Com o advento do governo do PT e, mais gravemente, nos anos do governo Dilma, estas características saíram de cena. Todas as decisões do governo federal no campo da saúde esquecem o SUS e o foco passou a ser o possível impacto na mídia. Não há mais política de saúde e sim uma política de comunicação.

A estratégia altamente exitosa no governo FHC de implantação do Programa de Saúde da Família perdeu importância no governo Lula, o que se aprofundou no governo Dilma. Seja em número de equipes implantadas, seja em incentivos à montagem de equipes pelos municípios, mas principalmente na desarticulação entre os distintos níveis de atenção à saúde, o governo Dilma preferiu o imediatismo midiático, penalizando a estruturação do sistema.

Remendos vindos do alto comando petista

Os primeiros remendos ao sistema foram o destaque dado, já nas promessas eleitorais de 2010, à implantação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que até podem auxiliar os sistemas a dar respostas mais rápidas, mas jamais poderiam ser tratadas como equipamentos isolados. A maior parte das 500 UPAs prometidas não foram implantadas: segundo balanço do PAC 2, somente 39 unidades foram finalizadas até outubro de 2014. Há muitas obras paralisadas ou em ritmo lento de execução. As prefeituras não possuem recursos para sua manutenção e a participação do Ministério da Saúde no seu financiamento é pequena.

Outra estratégia midiática foi o Mais Médicos. Ao invés de buscar a formação de médicos e sua capacitação na atenção básica, o governo Dilma optou pelo remendo: a importação de médicos cubanos como se fossem mercadoria, sem nenhum direito trabalhista. Verdadeiros cidadãos de segunda classe.

O governo Dilma construindo a crise hospitalar

No campo da gestão do atendimento hospitalar e ambulatorial, com a recusa do ministério em reajustar de forma adequada a tabela de procedimentos dos SUS, contratada junto à rede hospitalar privada e filantrópica, provocou-se uma crise na rede hospitalar, que é proporcional a ocorrida no início dos anos 1990, quando se iniciava a implantação do SUS.

A postura governamental produziu enorme desmotivação da rede hospitalar privada. Sem remuneração adequada, diversas instituições fecharam suas portas ou desativaram leitos: de acordo com o Conselho Federal de Medicina, entre janeiro de 2010 e julho de 2013 foram desativados quase 13 mil leitos, principalmente na psiquiatria, pediatria e obstetrícia.

Praticamente todas as Santas Casas e hospitais filantrópicos vivem sua pior crise em décadas: estão altamente endividadas, diversas fechando as portas de alguns serviços essenciais.

Ausência federal no combate às endemias

No campo da vigilância em saúde, o desastre não poderia ter sido maior. Ocorreu o retorno da dengue, de forma acentuada: em 2013 o Brasil teve 1.452.489 casos, um recorde nacional, ultrapassando em 43% os 1.011.548 ocorridos em 2010, registro já bastante superior aos 696.472 casos ocorridos em último ano da gestão FHC. Não bastasse a inoperância no caso da dengue, o governo Dilma não tomou medidas para impedir que a febre chikungunya penetrasse no país.

Mas o caso do sarampo é ainda mais grave. Entre 2001 e 2005, o Brasil registrou 10 casos, sendo todos trazidos no exterior ou deles derivados. A redução da cobertura vacinal ensejou um quadro distinto, preparado no governo Lula e explicitado no governo Dilma. Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, 220 casos foram registrados, em 2013, e no primeiro semestre de 2014. Ou seja, o petismo conseguiu destruir até mesmo a área onde a tradição centenária da saúde brasileira era marcada pela excelência.

Financiamento do SUS: o governo federal retira-se a passos largos

O descaso do governo Dilma com a saúde brasileira é mais facilmente verificável na questão do financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Enquanto as contas fiscais eram fortemente desestabilizadas pelas despesas gerais da máquina federal, o tratamento dado à saúde foi o do aprofundamento do subfinanciamento que já havia marcado o governo Lula.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, ocorreu apenas em 2012, por meio da Lei Complementar nº 13, de 13 de janeiro de 2012, que não ampliou os recursos federais para a saúde, como era a reivindicação de todos e o compromisso do governo. A situação de subfinanciamento que vem se agravando nos últimos 12 anos chegou a extremos, com o Ministério da Saúde atrasando o repasse de recursos que já são insuficientes e deixando sobre os ombros de estados e municípios, sobretudo destes últimos, a responsabilidade em garantir o financiamento dos serviços de saúde. Como mostra a tabela, a participação do governo federal, que chegou a 74% em 1990, limita-se, agora, a menos de 43%.

Participação de cada esfera no financiamento do SUS

Ano	União	Estados	Municípios
1990	74,38%	13,52%	12,10%
2000	58,60%	20,20%	21,20%
2010	44,97%	26,77%	28,26%
2012	44,69%	25,60%	29,71%
2013*	42,62%	26,67%	30,72%
Fonte: elaboração própria a partir de IPEA, SIOPS e TCU)			
* para Estados e Municípios, dados preliminares			

Falta – acima de quaisquer outras críticas que se possa fazer à forma de concepção e implementação do programa Mais Médicos, aos problemas com o funcionamento do Programa de Saúde da Família, à falta de resposta objetiva aos dilemas da organização dos serviços em escala regional – uma opção clara e concreta pelo fortalecimento do SUS como um sistema público e universal, destinado a todos os brasileiros, fazendo dele, verdadeiramente, um patrimônio nacional a ser defendido e continuamente aprimorado.

12. EDUCAÇÃO

Promessas de qualidade e a realidade da piora dos indicadores educacionais

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2011, a presidente Dilma prometeu que a luta pela qualidade da educação seria prioridade de seu governo, mas não cumpriu a promessa.

Em 2013, pela primeira vez o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não atingiu as metas nacionais fixadas pelo próprio governo federal. No governo Dilma, entre 2011 e 2013 o IDEB do 9º ano do ensino fundamental não cresceu o suficiente (passou de 4,1 para 4,2) e no ensino médio não cresceu nada (ficou parado em 3,7).

Os resultados da Prova Brasil/Saeb continuam péssimos: desde 2009 os alunos não aprendem o mínimo que deveriam aprender. Em 2013, apenas 10% dos concluintes do ensino médio tiveram desempenho adequado em matemática e apenas 27% em português.

Avanços modestos aconteceram apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, mas concentrados em algumas escolas e poucas localidades. E muito mais como resultado da iniciativa de diretores de escola e da gestão educacional dos municípios do que em decorrência da política de educação do governo Dilma. Mesmo assim, estamos longe de alfabetizar as crianças na idade certa. Aos 8 anos, apenas 1 em cada 3 crianças brasileiras sabe escrever e pouco menos da metade sabe ler de forma adequada. Além disso, o governo de Dilma propôs alfabetizar nas escolas públicas até o final do 3º ano do ensino fundamental, enquanto os alunos das escolas privadas são alfabetizados já no primeiro ano.

Recursos para a educação básica: fuga da responsabilidade e usurpação de competências pelo governo federal

Chega a ser imoral o tratamento que o governo federal tem dado aos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). De fato, a complementação da União ao fundo corresponde a somente 10% do total das contribuições dos Estados, Distrito Federal e municípios e beneficia somente 10

unidades da federação. Para os outros 17, não há repasses. Estados, DF e Municípios são responsáveis por cerca de 85% dos recursos destinados à educação básica brasileira, e boa parte dos R\$ 50 bilhões aplicados anualmente pelo FNDE (merenda, transporte escolar e livro didático, etc.) é desperdiçada com a burocracia e a corrupção, não chegando às escolas.

Não obstante, o governo federal em suas plataformas de acesso a dados trata os recursos do FUNDEB, cuja fonte é basicamente o ICMS e as receitas municipais, como se fossem transferências federais.

Promessa de aumento de vagas que não veio

Na educação infantil, em 2011 o governo Dilma prometeu construir 6 mil creches no programa ProInfância até 2014, mas entregou apenas 786 até outubro de 2014 (página 180 do Balanço Oficial do PAC 2). Além disso, a manutenção das creches é mais cara do que a construção do prédio e os municípios reclamam que seus recursos próprios não são suficientes.

No ensino médio, depois do crescimento de 3,8 milhões em 1991 para 9,1 milhões em 2003, desde então as matrículas permanecem estagnadas em torno de 8,3 milhões de alunos. Apesar da promessa da presidente, as vagas no ensino médio não cresceram no seu governo. O acesso dos jovens de 15 a 17 anos à educação não melhorou: 1 em cada 5 jovens não frequenta escola e apenas metade está no ensino médio. De cada 10 alunos que ingressam no ensino médio, apenas 5 se formam no tempo certo; os outros são reprovados ou abandonam os estudos. Em consequência, apenas metade dos jovens de 19 anos que entram hoje no mercado de trabalho tem ensino médio completo. A outra metade (mais de 1 milhão de jovens) enfrenta enorme desvantagem para competir por vagas de emprego.

Pronatec: muita publicidade e resultados fragilíssimos

A presidente também prometeu estender a experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante e, no seu governo, criou o Pronatec. Entretanto, de cada 10 vagas oferecidas por esse programa, 7 não são em cursos técnicos, mas em cursos rápidos, que oferecem apenas qualificação profissional. A qualidade dos cursos do Pronatec deixa a desejar. Mais da metade dos alunos que entram no programa abandonam antes de concluir. Em algumas

universidades privadas que oferecem o Pronatec, a evasão atinge 60%, embora o número oficial seja de apenas 12,8%, conforme reportagem da BBC-Brasil com base em entrevistas com gestores da rede privada de ensino.

Não existem avaliações sobre o programa que mensurem o seu efeito sobre a capacitação para o mercado de trabalho ou que revelem o motivo de evasão tão grande.

Ensino superior: uma política de acesso para apresentar números ao eleitor

Também na educação superior não há avanços no governo Dilma. Em 2013, o número de ingressantes no nível superior estagnou em 2,7 milhões de alunos. Já o número de alunos que concluiu o ensino superior caiu de 1 milhão para 990 mil entre 2012 e 2013. E 1 em cada 4 estudantes abandona a faculdade de um ano para o outro, o que gera grande desperdício de recursos. Nas faculdades privadas, financiadas pelo FIES e ProUni, 40% dos alunos abandonam os cursos a cada ano.

O engodo da prioridade para a educação continuará?

Embora tenha sido a vedete do discurso de posse da presidente Dilma em seu segundo mandato, a educação ainda está esperando tratamento minimamente adequado. A julgar pelo ocorrido nos últimos quatro anos, a crise só tende a ser aprofundar. O governo federal não demonstrou nenhum compromisso com a qualidade do ensino. Em lugar de melhorar a aprendizagem dos alunos, implementou ações para ampliar o acesso ao sistema educacional. É a política da quantidade sem qualidade. A ênfase recaiu principalmente em programas de impacto midiático, como o ProInfância, o Enem como vestibular nacional unificado e o Pronatec.

13. SEGURANÇA PÚBLICA

Inércia e Letargia

É sintomática a ausência do tema da segurança pública nos raros discursos e pronunciamentos da presidente da República. Desde sua eleição, ela não destinou mais que meia dúzia de palavras a este assunto. Esta ausência vem confirmar o que tem ocorrido na sua última gestão, e durante as gestões anteriores do PT. O balanço do primeiro governo Dilma é desalentador: o que existia de arremedo de política pública nesta área, o Pronasci, teve seu orçamento reduzido de 2,48 bilhões em 2010, para pouco mais de R\$ 1,08 bilhão em 2013. Para 2015, os cortes serão da ordem de 80% em virtude da crise econômica, segundo anuncia-se. Mais que isso, não houve sequer uma iniciativa legislativa de vulto patrocinada pelo Governo Federal em relação aos Códigos Penais ou do de Processo Penal. Nosso Código é de 1940, e não acompanhou as evoluções do crime do século 21. Apenas em 2013 conseguimos tipificar o Crime Organizado (Lei 12.850/2013). Ainda não temos uma legislação adequada para os crimes cometidos na Internet. No entanto, a reforma do Código Penal está parada no Congresso desde 2013.

O ambiente rarefeito de ideias nesta área deste governo conseguiu produzir apenas algumas improvisadas promessas durante a campanha. Após as eleições, os conselheiros presidenciais adicionaram a elas mais dois ou três aspectos pontuais. Assim, surgiu a ideia de uma PEC que vá alterar a Constituição para permitir a participação da União na segurança. Mas esta participação nunca foi vedada! Pelo contrário, o art. 144 diz com todas as letras que a Segurança é direito e dever de todos. Afinal, mais de 500 mil pessoas foram assassinadas na gestão do PT. Destas, mais de 70% são jovens, negros e moradores de periferia. Isto não é tema de interesse do Governo Federal? Cerca de um terço da população brasileira teme ser assassinada, segundo Pesquisa Nacional de Vitimização, feita pelo Datafolha/UFMG para o Ministério da Justiça. Isto não merece uma resposta do Governo?

A alteração constitucional mais importante sequer é mencionada pelo Governo: a reforma das polícias brasileiras. A construção da impunidade no Brasil não é apenas uma questão legislativa. Existem aspectos institucionais que devem ser ponderados numa ampla reforma da justiça criminal brasileira. Uma das mais importantes organizações são as polícias, embora elas não sejam as únicas no processo. O atual modelo não está funcionando e irá requerer uma série de ações no sentido de tornar as atividades policiais mais efetivas. As policiais brasileiras se encontram numa situação de grande penúria de uma forma geral.

Apenas os estados mais ricos tem conseguido apoiá-las como merecem. De uma forma geral, investigam pouco: as taxas de solução são muito baixas (menos de 16% dos homicídios, e certamente menos de 10% nos crimes de roubos e assaltos), e não dispõem de equipamentos adequados. Algumas delas exibem altas taxas de letalidades de civis. Por que este tema nunca foi tratado pelo governo do PT?

A única estratégia posta é a criação dos Centros de Comando e Controle, que vieram contrabandeados da Copa do Mundo. Seria uma maneira de articularmos de forma conjunta as polícias estaduais, federais e as Forças Armadas. Estes centros são, sobretudo, uma ferramenta tecnológica para funcionamento em situações absolutamente excepcionais. Exigiu-se durante a Copa um esforço extraordinário de mobilização de um grande contingente de policiais que é praticamente impossível de conseguir em situações ordinárias. Mais central seria o desenvolvimento de metodologias e protocolos de integração para que esta articulação efetivamente ocorresse. Mas tudo isto parece ser completamente alheio ao universo de preocupação de nossa presidente.

São ilustrativos do conservadorismo e da paralisia petistas nos últimos 12 anos os temas evitados por eles. Por que não falamos mais abertamente de projetos de prevenção do crime? Pelo contrário, prefere-se confundir prevenção de crime com projetos sociais como o Bolsa Família, por exemplo. Estes têm que ser universais. Os de prevenção criminal têm que ser focalizados.

Diante de uma crise sistêmica na segurança, ao invés de medidas estruturais, discute-se uma agenda de mudanças pontuais, e com pouca chance de aprovação no Congresso. Nada se fala sobre as prisões ou os sistemas de comunicação e informação. Se nada se fez nos últimos anos, não há nenhuma razão para supor que neste contexto adverso a inércia e letargia serão quebradas.

14. FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

A estratégia petista de desautorizar os gestores subnacionais

Desde que assumiu o governo federal, o PT tem como estratégia reinventar o pacto federativo, não para reconstruí-lo, mas para aumentar e eternizar o seu poder. Para tanto, tem atuado para o enfraquecimento dos estados-membros por meio de criação de canais de relacionamento direto com os municípios.

Essa estratégia não visa somente enfraquecer os governos estaduais, solapando-lhes a capacidade de articulação com seus municípios e o desempenho de sua atribuição constitucional de articulação das políticas regionais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, busca abalar a autonomia municipal, dado que ao invés de atuar por meio de políticas nacionais estruturadas, opta pelos convênios pontuais, cujos objetos são estabelecidos por Brasília, sem considerar as peculiaridades, necessidades e potencialidades locais.

O pacto federativo em função da publicidade do governo federal

Nesses convênios, o município participa com parte dos recursos do investimento inicial e fica responsável pela manutenção do novo equipamento. No programa de creches, por exemplo, o governo federal financia até 50% do custo da obra e dos equipamentos, desde que não ultrapasse determinado valor preestabelecido, e pode destinar recursos para a manutenção, em montante que não atinge 40% dos custos.

O dinheiro federal só é liberado após a realização da obra e muitas vezes, após meses de atraso e justificativas burocráticas. Mesmo assim, a propaganda oficial afirma sempre que o governo federal está construindo as creches, como se fosse responsável por 100% dos recursos. Até quando os recursos são oriundos de empréstimos, como nos projetos de mobilidade urbana, a propaganda oficial anuncia que se trata de investimento federal.

O governo Dilma desconhece a realidade dos municípios na execução das principais políticas sociais do país

Não é demais lembrar que, desde a Constituição de 1988, os municípios tiveram suas atribuições e competências ampliadas muito mais do que se ampliou sua participação na distribuição dos recursos públicos. Assim, a transferência para eles da execução de parte significativa das políticas de educação, saúde e assistência social foi realizada sem o equivalente aporte de recursos. O resultado tem sido uma forte ampliação da participação dos municípios no financiamento desses setores e a redução da participação do governo federal. Atualmente, grande parte dos municípios de médio e grande portes têm destinado em torno de 60% do seu orçamento para esses três setores, sendo que, em muitos casos, somente à saúde tem sido destinado 30% dos recursos municipais.

Com isso, na prática, os municípios têm reduzido sua capacidade de formulação e de implementação de políticas públicas, principalmente nas áreas de desenvolvimento urbano e mobilidade, esporte, cultura, meio ambiente e lazer por essa perversa estratégia, deixando de atuar em áreas de responsabilidade específica do poder local para suprir a omissão do governo federal.

O governo FHC empenhou-se na estruturação de mecanismos de transferência de recursos isentos da determinação do compadrio, do fisiologismo e das relações partidárias. Infelizmente, esta postura republicana vem sendo destruída pelas práticas petistas, aprofundadas no governo Dilma.

15. POLÍTICA EXTERNA

Dogma e ideologia

Ideológica e partidária, a política externa do PT perdeu de vista o equilíbrio entre a defesa de princípios permanentes e do interesse nacional. Na região, assumiu uma atitude benevolente em relação aos países bolivarianos e por isso a ação do Itamaraty tornou-se passiva e reativa, deixando o Brasil a reboque dos acontecimentos: prevaleceram as afinidades ideológicas e a paciência estratégica que prejudicaram o processo de integração regional e paralisaram o Mercosul.

No concerto das nações, nos últimos quatro anos, o Brasil se retraiu e baixou sua voz, reduzindo sua contribuição nas grandes discussões do cenário internacional. A inação substituiu as bravatas do Presidente Lula, de mudar o eixo da dependência externa econômica e comercial do Brasil e de contribuir para modificar a geografia econômica, política e comercial no mundo.

A partidarização da política externa teve consequências severas na política de comércio exterior: acentuou o isolamento do Brasil e do Mercosul nas negociações comerciais; produziu atritos, em lugar de cooperação produtiva; empobreceu nossa pauta de comércio, ao invés de dinamizar trocas e oportunidades.

Demos as costas para importantes nações democráticas e abraçamos regimes de clara inclinação totalitária, em flagrante contraste com as melhores tradições da nossa diplomacia.

Deixaram de ser cumpridos os princípios constitucionais de não ingerência e defesa da soberania, seguidamente desrespeitados nos governos do PT no altar da ideologia. A credibilidade, a independência, o equilíbrio e os valores (democracia e direitos humanos) que apoiamos internamente não foram respeitados na política externa.

Uma política externa de (maus) resultados

Os resultados da política externa, nos últimos anos, não correspondem à importância que o Brasil tem na região e no mundo. Deve-se reconhecer que houve avanços e alguns êxitos, que ocorreram quando o Itamaraty pôde atuar como principal formulador da política externa. Os retrocessos ocorreram nas

áreas em que as políticas tradicionais foram influenciadas por tendências ideológicas e partidárias, como ocorreu com o Mercosul, a integração regional, as relações comerciais com a África e com o Oriente Médio e o fracasso da estratégia de negociações comerciais. O Brasil não buscou alternativas como aconteceu com todos os outros principais países (EUA, China, União Europeia, Japão, Índia); não houve a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a política na região está sem rumo, o Brasil sumiu do cenário internacional e o Itamaraty perdeu credibilidade, tanto interna quanto externamente.

Itamaraty no governo Dilma: alijamento institucional

O Itamaraty deixou de ser o primeiro formulador e coordenador em matéria de projeção internacional do país, em virtude de interferências indevidas em seu trabalho analítico e em seus processos decisórios. Essa tendência acentuou-se no governo Dilma

Nunca antes na história deste país a presidência influenciou tanto nas questões que cabem ao Itamaraty analisar e recomendar cursos de ação à chefia do Executivo para a tomada de decisão. Não é segredo o desapareço com que o Itamaraty tem sido tratado por parte da presidente Dilma Rousseff nos últimos anos, e a pouca importância que tem sido dada às posições tradicionais recomendadas pela chancelaria nos problemas que afetam diretamente o interesse nacional, como foi o caso da suspensão do Paraguai no Mercosul e do apoio incondicional ao bolivarianismo na Venezuela.

A falta de recursos das embaixadas brasileiras é apenas a face mais visível do sucateamento. Um dos símbolos do Estado brasileiro, a Casa de Rio Branco vive uma das crises mais graves de sua história e deixa de servir, em muitos casos, os interesses permanentes do país. As virtudes profissionais que marcaram a tradição do Itamaraty foram abandonadas pela política externa, sem rumo e partidarizada.

O Brasil de Dilma sumiu do palco internacional

Pela pouca importância que a presidente atribuiu ao setor externo e ao Itamaraty, o governo Dilma fez com que o Brasil se recolhesse e deixasse vazia a

cadeira que poderia trazer contribuição importante nos temas de nosso interesse.

O governo Dilma fez a chancelaria omitir-se, por razões de preconceito ideológico ou considerações partidárias, em muitos casos com a opinião contrária do Itamaraty:

- Decisão de não enviar em setembro de 2013 o Ministro do Exterior a reunião restrita, pedida pela Rússia, sobre a crise da Síria, em Genebra;

- Ausência do Brasil na Conferência anual de Segurança realizada em Munique em 2013;

- Omissão do governo brasileiro no tocante ao asilo de senador boliviano. O tratamento dado ao governo brasileiro pela Bolívia, no caso do asilo do Senador Roger Molina, talvez seja um dos exemplos mais simbólicos da fraqueza de nossa política externa, imolada no altar das afinidades ideológicas. Depois de concedido o asilo, o governo brasileiro se arrependeu por pressão do presidente Evo Morales e aceitou o descumprimento das regras internacionais de asilo;

- Silêncio do governo, escondido de trás da posição do Mercosul e da Unasul favoráveis ao governo de Nicolás Maduro, apesar do agravamento da crise política na Venezuela, com clara violação da cláusula democrática e dos direitos humanos.

- Omissão do Brasil no conflito entre a Rússia e a Ucrânia e em relação à guerra na Síria

- O desprezo pelas violações dos direitos humanos na região e em outros países da África, para os quais abrimos as portas do BNDES com empréstimos generosos que, em alguns casos, são depois perdoados com custo para o Tesouro Nacional.

Integração regional e paralisia

O Mercosul está paralisado e sem nenhuma estratégia. Os objetivos de liberalização do comércio e de abertura de mercados foram abandonados e o grupo sub-regional transformou-se em um fórum político e social. Politizado pela ação do Brasil, da Argentina e da Venezuela, o bloco está em situação de quase total isolamento.

O único entendimento em curso é a negociação do bloco com a União Europeia. Se as negociações com a Comissão Europeia não avançarem por dificuldades criadas por nossos parceiros, não restará alternativa ao Brasil, no âmbito do Mercosul, senão fazer um acordo com a União Europeia e com os outros parceiros que quiserem, a fim de resguardar nossos interesses.

O Brasil deveria influir para que algumas regras do bloco sejam flexibilizadas para facilitar as negociações comerciais com países que possam ampliar o mercado para as exportações do bloco e permitir acesso a tecnologias e inovações para as empresas dos países-membros.

Apesar da dificuldade de avançar a integração comercial, o Brasil de Dilma Rousseff deixou de dar prioridade à integração física na América do Sul e acelerar as obras de infraestrutura para abrir corredores para nossas exportações para o mercado asiático. A decisão do governo Dilma de pagar, em 2014, US\$ 434 milhões adicionais ao governo boliviano pela compra do gás natural, como parte de acordo entre Lula e Morales de 2007, pode ser mencionado como um exemplo concreto da partidarização que permeia a política externa brasileira atual.

O acúmulo de erros na política comercial

A estratégia de negociação comercial externa continuou equivocada. O isolamento do Brasil, que, em 12 anos, negociou apenas três acordos de livre-comércio, prejudicou os interesses públicos e privados nacionais.

No primeiro mandato de Dilma nenhum acordo foi assinado pelo Brasil. Os acordos de comércio com países latino-americanos, em especial Peru, Colômbia e México, não foram aprofundados; o governo ignorou o crescente número de acordos regionais e bilaterais e das novas regras que passarão a integrar os acordos comerciais; não se avançou em nenhuma negociação comercial com países desenvolvidos que possam aportar inovações tecnológicas e integrar as empresas nacionais nas cadeias produtivas globais; não foi completada a negociação com a União Europeia, que se arrasta.

O governo Dilma não buscou inserir os setores industriais e de serviços nos grandes centros difusores de tecnologia. Segundo a OMC, a participação do Brasil nas redes internacionais de produção é de apenas 40%. Deixando de participar das negociações de acordos preferenciais de comércio e das cadeias produtivas de alto valor agregado, o Brasil está perdendo espaço no comércio

global. Como resultado, em 2014, as exportações continuaram a cair e a balança de comércio registrou o primeiro déficit nos últimos quinze anos.

A prioridade apenas para as negociações multilaterais no âmbito da OMC, do Mercosul e na América do Sul mantida no governo Dilma não mais serve aos interesses do Brasil, em vista do fracasso da Rodada Doha e da proliferação de acordos preferenciais fora da OMC.

Enquanto isso, nossos vizinhos Peru, Chile, Colômbia e México se engajam na Aliança do Pacífico. Na medida em que nos tornamos mais insulares, o resultado é uma estagnação da participação do comércio externo (soma de importação e exportação) no PIB no período 2003-2013, uma época marcada por aumento da globalização e do comércio internacional.

Segundo o Banco Mundial, a participação do comércio no PIB variou de 26,7% para 27,6% entre 2002 e 2013, ou seja, menos de 1% em 11 anos. Apenas como comparação, entre 1994 e 2002, a variação foi de 17,4% do PIB para 26,7 % do PIB – alta de 9,3 pontos em 8 anos.

O Brasil no mundo: importância próxima de zero

No governo Dilma, o Brasil perdeu a liderança no tocante aos temas globais, como mudança de clima, energia, democracia, direitos humanos, comércio exterior, assim como aos novos temas (terrorismo, guerra cibernética, controle da internet), em cujas discussões o Brasil sempre desempenhou papel relevante nos diferentes organismos internacionais.

No tocante às questões da sustentabilidade e das mudanças climáticas, o governo Dilma adotou uma posição de baixa visibilidade, como ocorreu na reunião de Lima, preparatória para o encontro de Paris, quando se discutirá a renovação do Protocolo de Kyoto.

Quanto aos direitos humanos e à democracia, por afinidades ideológicas, o governo Dilma não reproduziu no exterior a defesa dos valores e interesses que defendemos internamente. O financiamento ao porto de Mariel em Cuba pelo BNDES subiu a cerca de US\$ 950 milhões, de acordo com informações publicadas em Havana. Segundo essas mesmas fontes, o Brasil está negociando novos empréstimos do BNDES no valor de US\$ 170 milhões para melhoria dos aeroportos comerciais naquele país e haveria mais dois portos que poderiam receber novo aporte brasileiro.

Os financiamentos de projetos no exterior, prática usual nos governos Lula e Dilma, concedidos a governos autoritários da América Latina e da África são pouco transparentes e desviam recursos do BNDES de projetos de infraestrutura no Brasil. Durante visita da Presidente Dilma à União Africana de Nações em 2013, o governo brasileiro anunciou o perdão de US\$ 900 milhões de dívidas de 12 países africanos. Só o autoritário Congo livrou-se de US\$ 352 milhões. A decisão abre a possibilidade de novos empréstimos para apoiar grandes projetos de infraestrutura nesses países, com os mesmos resultados nos próximos anos.

Deterioração sem precedentes da percepção externa sobre o Brasil

Os seguidos casos de corrupção, em especial o escândalo da Petrobras, que o governo Dilma Rousseff finge desconhecer, têm afetado a credibilidade e a imagem do Brasil no exterior. Os desmandos na maior empresa brasileira estão sendo investigados na Europa e nos EUA com graves prejuízos econômicos e financeiros e com possíveis efeitos criminais no final do trabalho levado a efeito pela *Securities and Exchange Commission* de New York e pelo Departamento de Justiça de Washington.

Nos próximos anos, a importância da área externa vai aumentar e não se pode mais ignorar o que acontece com a atitude da presidente em relação ao Itamaraty e o impacto disso na postura do Brasil na cena internacional. Infelizmente, veremos no segundo mandato de Dilma a continuação dessa situação de desprestígio e de baixos resultados de sua diplomacia.

Tratar temas internacionais complexos com a mesma ligeireza e populismo com que são conduzidas as questões internas é receita fácil para criar problemas. A influência partidária, acima dos interesses nacionais, explica equívocos inexplicáveis, antiamericanismos ingênuos e minguidos resultados.